



magazineluiza
vem ser feliz



MAGAZINE LUIZA S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 47.960.950/0001-21
NIRE 35.300.104.811

**MANUAL DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO
MAGAZINE LUIZA S.A. DE 29 DE ABRIL DE 2013**

Horário: 11:00 horas



magazineluiza
vem ser feliz



ÍNDICE

1. Apresentação	3
2. Informações sobre a Assembleia Geral Ordinária	3
3. Orientações para participação na Assembleia Geral Ordinária.....	4
4. Esclarecimentos adicionais	5
5. Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária	6
6. Assembleia Geral Ordinária.....	7
7. Modelo de Procuração	10

ANEXOS

ANEXO I - Item 10 do Formulário de Referência da IN/CVM 480/09	13
ANEXO II - Itens 12.6 a 12.10 do Anexo 24 da Instrução CVM 480/09.....	78
ANEXO III - Item 13 do Formulário de Referência da Instrução CVM nº 480/09.....	93



magazineluiza
vem ser feliz



1. APRESENTAÇÃO

MAGAZINE LUIZA S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 47.960.950/0001-21

NIRE 35.300.104.811

MANUAL DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO MAGAZINE LUIZA S.A. DE 29 DE ABRIL DE 2013

O presente manual ("**Manual**") tem por objetivo prestar esclarecimentos e orientações aos senhores Acionistas ("**Acionistas**" ou, individualmente, "**Acionista**") acerca das deliberações a serem tomadas na Assembleia Geral Ordinária ("**Assembleia**" ou "**AGO**") do Magazine Luiza S.A. ("**Companhia**" ou "**Magazine Luiza**"), que será realizada no próximo dia 29 de abril de 2.013, às 11:00 horas, na sede da Companhia, localizada na Rua Voluntários da Franca, nº 1.465, Centro, no Município de Franca, Estado de São Paulo, conforme Edital de Convocação já divulgado ("**Edital de Convocação**"), as quais se encontram discriminadas e detalhadas no presente documento. Este Manual foi elaborado pela Administração da Companhia ("**Administração**") com o objetivo de prestar esclarecimentos e orientações aos Senhores Acionistas, bem como submeter a sua apreciação as matérias objeto da AGO da Companhia, de acordo com as determinações legais e estatutárias.

2. INFORMAÇÕES SOBRE A ASSEMBLEIA

De acordo com o artigo 132 da Lei nº 6.404/76 ("**LSA**"), as sociedades anônimas devem realizar a Assembleia Geral Ordinária, anualmente, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, para:

- (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2.012;
- (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos do exercício social findo em 31 de dezembro de 2.012;
- (iii) Eleger os membros do Conselho de Administração e os membros do Conselho Fiscal da Companhia; e
- (iv) Fixar a remuneração global anual dos Administradores da Companhia, nos termos do artigo 152 da LSA.



magazineluiza
vem ser feliz



A AGO instalar-se-á em primeira convocação com a presença de Acionistas representando, no mínimo, $\frac{1}{4}$ (um quarto) do capital social com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número.

O Acionista poderá ser representado na AGO por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja Acionista, Administrador da Companhia, advogado ou, ainda, instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos.

3. ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA

Para participar da AGO, os senhores Acionistas deverão provar sua qualidade de Acionista, conforme artigo 126 da LSA, mediante a apresentação dos seguintes documentos: (i) comprovante de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária; (ii) documento de identidade com foto, para o Acionista pessoa física, e os documentos que comprovem os poderes de representação, para o Acionista pessoa jurídica; e (iii) se for o caso, instrumento de mandato para representação do Acionista, por meio de procurador, outorgado há menos de 1 (um) ano a Acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 da LSA.

Os documentos firmados no exterior deverão ser notariados e legalizados perante a Embaixada ou Consulado do Brasil do local de sua emissão.

Juntamente com a procuração, cada Acionista que não for pessoa natural, ou que não estiver assinando a procuração em seu próprio nome, deverá enviar documentos comprobatórios dos poderes do signatário para representá-lo.

A Companhia examinará a procuração e os documentos comprobatórios de representação e, se não puder validar a representação com base nos documentos recebidos, não entregará a procuração para o procurador designado acima, em conformidade com as disposições da LSA e da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 ("IN/CVM 481").

Lembramos que, de acordo com artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, os Acionistas representados por procurador deverão depositar o referido instrumento de procuração na sede da Companhia até 24 (vinte e quatro) horas antes da hora marcada para a realização da AGO.

Os documentos mencionados acima devem ser enviados para a sede da Companhia, no seguinte endereço:



magazineluiza
vem ser feliz



Magazine Luiza S.A.

Rua Voluntários da Franca, nº 1.465, Centro
Franca - SP
CEP: 14400-490

Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da AGO, solicita-se que as procurações e os documentos de comprovação da qualidade de Acionista ou de sua representação sejam remetidos com antecedência por fax (11 - 3504-2955) ou por e-mail (ri@magazineluiza.com.br), em atenção ao Departamento Jurídico e/ou à Diretoria de Relação com Investidores.

4. ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS:

Em consonância com a IN/CVM 481, os documentos de interesse dos Acionistas para a participação na AGO estão anexos a este Manual e também disponíveis nos seguintes endereços da rede mundial de computadores:

- (i) <http://www.cvm.gov.br>;
- (ii) <http://www.bmfbovespa.com.br>; e
- (iii) <http://www.magazineluiza.com.br>.

Para auxiliar os Acionistas, representados por procuradores, que decidirem participar da AGO, apresentamos no item 6 deste Manual, a título de sugestão, um modelo de Procuração a ser adotado, a exclusivo critério do Acionista.

São Paulo, 28 de março de 2013.

Joaquim Francisco de Castro Neto
Presidente do Conselho de Administração



magazineluiza
vem ser feliz



5. EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA AGO

"MAGAZINE LUIZA S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF 47.960.950/0001-21

NIRE 35.300.104.811

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os senhores Acionistas do Magazine Luiza S.A. ("**Magazine Luiza**" ou "**Companhia**") convocados para a Assembleia Geral Ordinária ("**AGO**") a ser realizada em 29 de abril de 2013, às 11:00 horas, na sede da Companhia, localizada na Rua Voluntários da Franca, 1465, Centro, no Município de Franca, Estado de São Paulo, quando os senhores Acionistas serão chamados a deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- (i) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2.012;
- (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos do exercício social findo em 31 de dezembro de 2.012;
- (iii) Eleger os membros do Conselho de Administração e os membros do Conselho Fiscal da Companhia; e
- (iv) Fixar a remuneração global anual dos Administradores da Companhia.

Informações Gerais:

1. **Documentos à Disposição dos Acionistas:** Nos termos da legislação aplicável, as cópias dos documentos referentes às matérias da ordem do dia encontram-se à disposição dos Acionistas na sede e no website da Companhia (<http://ri.magazineluiza.com.br>), bem como nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da BM&F Bovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br), em conformidade com as disposições da Lei 6.404/76 ("**LSA**") e da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 ("**IN/CVM 481**").

2. **Eleição dos Membros do Conselho de Administração e Adoção do Voto Múltiplo:** Em atendimento ao artigo 4º da IN/CVM 481 e de acordo com a Instrução CVM nº 165/91, alterada pela Instrução CVM nº 282/98, informamos que é de 5% (cinco por cento) o percentual mínimo de participação no capital votante necessário ao requerimento de adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração, observado o prazo legal de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da AGO para o exercício de tal faculdade, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 141 da LSA.



magazineluiza
vem ser feliz



3. **Participação na AGO:** Os Acionistas da Companhia deverão comparecer à AGO munidos dos seguintes documentos: **(a)** além do documento de identidade, o respectivo comprovante de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária; e, se for o caso, **(b)** instrumentos de mandato para representação do Acionista por procurador, outorgado nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 da LSA. Na hipótese de representação por procurador, nos termos do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, os Acionistas deverão depositar o respectivo instrumento de procuração na sede social em até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da hora marcada para a realização da AGO.

4. **Apresentação dos Documentos para Participação na AGO:** Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da AGO, solicita-se que o comprovante de titularidade das ações e o instrumento de mandato sejam depositados na sede da Companhia, na Rua Voluntários da Franca, 1465, Centro, no Município de Franca, Estado de São Paulo, aos cuidados do Departamento Jurídico, no horário das 09:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta, em até, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da hora marcada para a realização da AGO.

São Paulo, 28 de março de 2013.

Joaquim Francisco de Castro Neto
Presidente do Conselho de Administração”

6. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

6.1. **Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2.012**

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2.012, foram publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo (páginas 157 a 168) e no jornal Valor Econômico (páginas E3 a E7), ambos no dia 27 de março de 2.013, dispensando-se, portanto, a publicação dos anúncios a que se refere o artigo 133 da LSA, nos termos do parágrafo quinto do referido artigo.

6.2. **Destinação do Lucro do Exercício e a distribuição de dividendos do exercício social findo em 31 de dezembro de 2.012**

A Administração da Companhia não apresentou proposta para este item, tendo em vista a não apuração de lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, conforme informações constantes no Anexo I deste Manual, elaborado de acordo com o Item 10 do Formulário de Referência da IN/CVM 480.



magazineluiza
vem ser feliz



Com relação ao Anexo 9-1-II, a Companhia está dispensada da apresentação das informações indicadas no referido anexo da Instrução CVM nº 481/09 (“**IN/CVM 481**”), conforme decisão do Colegiado de 27/09/2011 (Processo CVM RJ2010-14687), em razão da não apuração de lucro líquido no exercício.

De acordo com o disposto no inciso III do artigo 9º da IN/CVM 481, a Companhia informa aos Acionistas que os comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência, estão previstos no Anexo I deste Manual.

6.3. Eleição dos membros do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia é constituído por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros eleitos em Assembleia Geral, com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição, nos termos dos artigos 18 e 19 do Estatuto Social (“**Conselho de Administração**”).

Conforme artigo 4º da IN/CVM 481 e Instrução CVM nº 165/91, alterada pela Instrução CVM nº 282/98, o percentual mínimo de participação no capital votante necessário ao requerimento de adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento), observado o prazo legal de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da AGO para o exercício de tal faculdade, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 141 da LSA.

Propõe-se a reeleição dos atuais Conselheiros, mantendo-se, assim, a seguinte composição do Conselho de Administração da Companhia:

Presidente e Conselheiro Independente

JOAQUIM FRANCISCO DE CASTRO NETO

Vice-Presidente

LUIZA HELENA TRAJANO INÁCIO RODRIGUES

Conselheiros Efetivos

ONOFRE DE PAULA TRAJANO

JOSÉ ANTÔNIO PALAMONI

CARLOS RENATO DONZELLI

Conselheira Independente

INÊS CORRÊA DE SOUZA



magazineluiza
vem ser feliz



Em observância ao disposto no artigo 10 da IN/CVM 481, a Companhia fornece aos Acionistas no Anexo II deste Manual as informações dos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência, relativamente aos candidatos indicados ou apoiados pela Administração ou pelos Acionistas Controladores para o Conselho de Administração.

6.4. Eleição dos membros do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia, instalado na Assembleia Geral Ordinária de 2012, compõe-se de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária seguinte à de sua eleição, podendo ser reeleitos, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 32 do Estatuto Social e do artigo 161 da LSA (“Conselho Fiscal”).

Quanto à eleição dos membros do Conselho Fiscal, propõe-se a reeleição dos Conselheiros a seguir indicados, mantendo-se a seguinte composição:

Presidente

INOCÊNCIO AGOSTINHO TEIXEIRA BAPTISTA PINHEIRO

Conselheiros Efetivos

FABRÍCIO GOMES

Suplentes

MAURO MARANGONI

ROBINSON LEONARDO NOGUEIRA

Ainda, também em observância ao disposto no artigo 10 da IN/CVM 481, a Companhia fornece aos Acionistas no Anexo II deste Manual as informações dos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência, relativamente aos candidatos indicados ou apoiados pela Administração ou pelos Acionistas Controladores para o Conselho Fiscal.

6.5. Remuneração Global dos Administradores da Companhia

Compete à Assembleia Geral fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal.

Propõe-se a verba remuneratória global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, para o exercício social de 2013, em R\$ 11.783.000,00 (onze milhões, setecentos e oitenta e três mil reais).



magazineluiza
vem ser feliz



Adicionalmente, nos termos do parágrafo terceiro do artigo 162 da LSA, propõe-se a fixação da remuneração global dos membros do Conselho Fiscal, para o exercício social de 2013, em R\$ 405.000,00 (quatrocentos e cinco mil reais), respeitando-se, assim, a remuneração não inferior a 10% (dez por cento), para cada membro, sobre a que, em média, for atribuída a cada Diretor da Companhia, não computando benefícios, verbas da representação e participação nos lucros.

Em observância ao disposto no artigo 12 da IN/CVM 481, além da proposta de remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal acima formulada, a Companhia apresenta as informações do item 13 do Formulário de Referência no Anexo III do presente Manual.

7. MODELO DE PROCURAÇÃO

PROCURAÇÃO

Por meio deste instrumento de procuração, [ACIONISTA], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], portador da cédula de identidade RG nº [●] e inscrito no CPF/MF sob nº [●], residente e domiciliado no Município de [●], Estado do [●], com escritório na [●], na Município de [●], Estado de [●], CEP: [●], ("Outorgante"), nomeia o Sr. [PROCURADOR],[NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], portador da cédula de identidade RG nº [●] e inscrito no CPF/MF sob nº [●], residente e domiciliado na Município de [●], Estado do [●], com escritório na [●], no Município de [●], Estado de [●], CEP: [●] ("Outorgado"), como seu procurador, outorgando poderes para representar o Outorgante, na qualidade de acionista, titular de ____ ações ordinárias nominativas, do **MAGAZINE LUIZA S.A.** ("Companhia"), na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a realizar-se no dia 29 de abril de 2013, às 11:00 horas ("Assembleia"), na sede social da Companhia, localizada na Rua Voluntários da Franca, nº 1465, Centro, no Município de Franca, Estado de São Paulo, lançando seu voto em conformidade com a orientação de voto abaixo.

O Outorgado terá poderes limitados ao comparecimento à Assembleia e ao lançamento de voto em conformidade com a orientação de voto abaixo, não tendo direito nem obrigação de tomar quaisquer outras medidas que não sejam necessárias ao exato cumprimento das orientações de voto indicadas abaixo. O Outorgado fica autorizado a se abster em qualquer deliberação ou assunto para o qual não tenha recebido, a seu critério, orientações de voto suficientemente específicas.

O presente instrumento de mandato tem prazo de validade de [●] dias, a partir da presente data.

[Cidade,] ____ de _____ de 2013.

[ACIONISTA]



magazineluiza
vem ser feliz



Orientação de Voto	
Matéria da Ordem do Dia	Voto Favorável ou Contrário à Proposta da Administração (O Acionista deve marcar ao lado do sentido de voto escolhido)
1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.	☐ Favor ☐ Contra ☐ Abstenção
2. Proposta de destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos do exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.	Deliberação prejudicada, conforme item 6.2. do Manual da Administração.
3. Eleição dos membros do Conselho de Administração para um novo mandato anual até a próxima AGO.	☐ Favor ☐ Contra ☐ Abstenção
4. Eleição dos membros do Conselho Fiscal para um novo mandato até a próxima AGO.	☐ Favor ☐ Contra ☐ Abstenção
5. Fixação da verba destinada à remuneração global anual dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia.	☐ Favor ☐ Contra ☐ Abstenção

[ACIONISTA]



magazineluiza
vem ser feliz



8. ANEXOS

Anexo I

Item 10 do Formulário de Referência da IN/CVM 480

Anexo II

Itens 12.6 a 12.10 do Anexo 24 da IN/CVM 480

Anexo III

Item 13 do Formulário de Referência da IN/CVM 480



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

ANEXO I

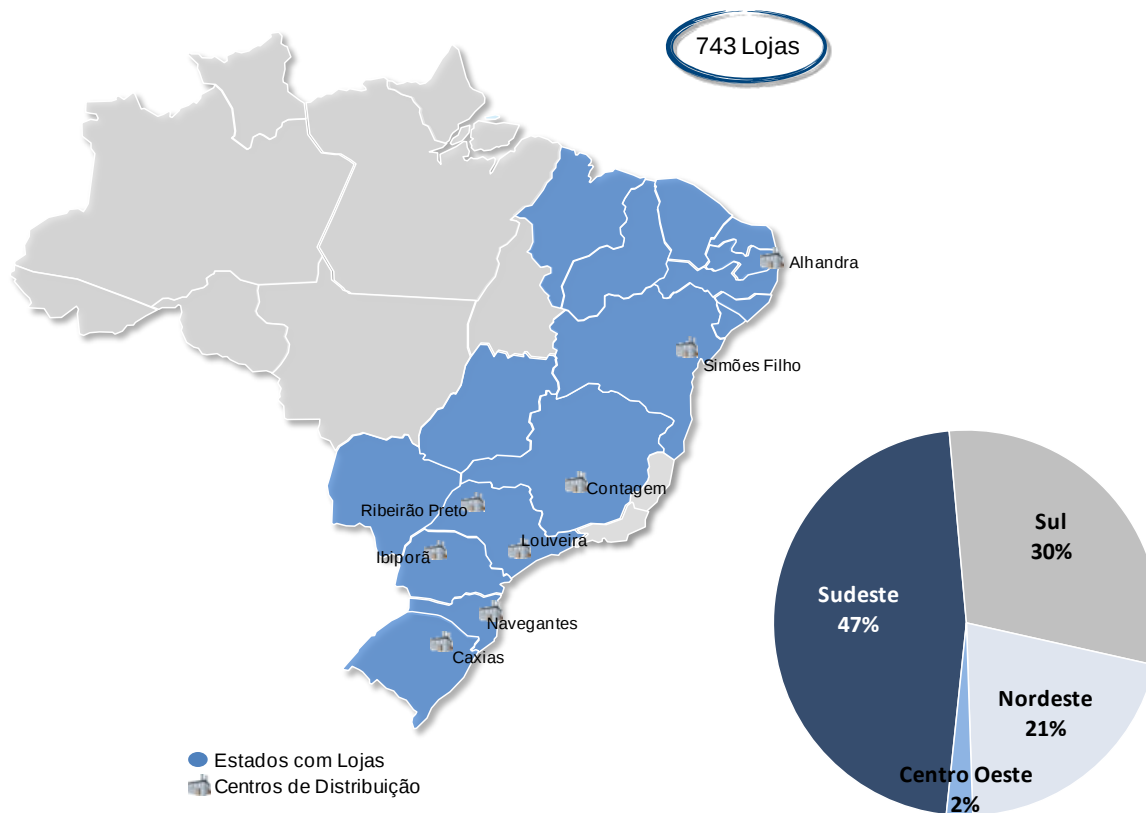
Item 10 do Formulário de Referência IN/CVM 480

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

O Magazine Luiza é uma das maiores redes varejistas com foco em bens duráveis e com grande presença nas classes populares do Brasil. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia operava 743 lojas e 8 centros de distribuição estrategicamente localizados em 16 estados brasileiros, cujas economias correspondem a 75% do PIB nacional. Nessa mesma data, a Companhia contava com mais de 24 mil colaboradores, e uma base de aproximadamente 30 milhões de clientes.

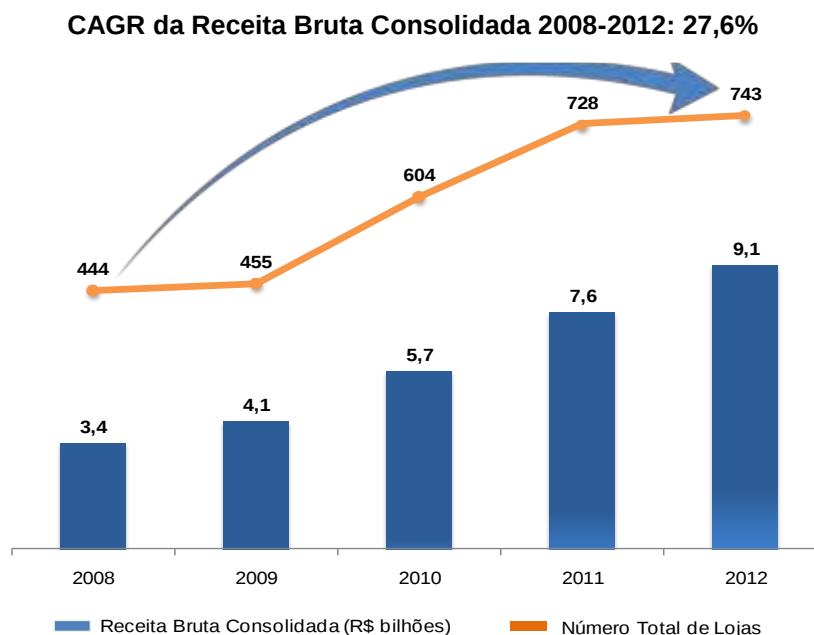




magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

Nos últimos quatro anos, a taxa anual composta de crescimento da receita bruta consolidada foi de 27,6%, conforme indica o gráfico abaixo. Nesse período, a Companhia apresentou crescimento acima de dois dígitos em todos os anos, mesmo em momentos de crise econômica.



A Companhia busca proporcionar uma experiência de compra diferenciada por meio de uma diversificada plataforma de vendas, consistente nos seguintes canais: (i) 636 lojas convencionais, que contam com mostruário físico e estoque próprio; (ii) 106 lojas virtuais, nas quais os produtos são vendidos por meio de terminais de computadores com o auxílio de vendedores e sistema multimídia, sem a necessidade de estoque físico de mercadorias nas lojas; (iii) 1 site (www.magazineluiza.com.br), que oferece conteúdo, serviços diferenciados e produtos exclusivos para este canal; (iv) magazinevocê, um novo canal de vendas diretas na web fortalecido pelas redes sociais; (v) televendas e (vi) vendas corporativas.



magazineluiza
vem ser feliz



DESTAQUES 2012

A seguir, serão apresentadas as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

R\$ milhões (exceto quando indicado)	12M12	12M11	Var(%)
Receita Bruta Total	9.054,4	7.601,3	19,1%
Receita Líquida Total	7.665,1	6.419,4	19,4%
EBITDA	241,8	300,6	-19,6%
Margem EBITDA	3,2%	4,7%	-1,5 pp
EBITDA Ajustado	281,7	346,3	-18,7%
Margem EBITDA Ajustada	3,7%	5,4%	-1,7 pp
Lucro Líquido	(6,7)	11,7	-157,8%
Margem Líquida	-0,1%	0,2%	-0,3 pp
Lucro Líquido Ajustado	14,1	55,5	-74,6%
Margem Líquida Ajustada	0,2%	0,9%	-0,7 pp
Crescimento nas Vendas Mesmas Lojas	12,5%	16,5%	-
Crescimento nas Vendas Mesmas Lojas Físicas	9,8%	13,1%	-
Crescimento nas Vendas Internet	33,3%	44,4%	-
Quantidade de Lojas - Final do Período	743	728	2,1%
Área de Vendas - Final do Período (M²)	469.061	454.045	3,3%
Base Total de Cartões Luizacred (mil)	3.924	4.426	-11,3%

(b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

Em 31 de dezembro de 2012, o nosso patrimônio líquido totalizava R\$ 616,0 milhões, enquanto o nosso endividamento líquido era de R\$578,4 milhões. A predominância do capital de terceiros na nossa estrutura de capital é resultado da nossa opção por acelerar nosso crescimento, de forma a maximizar o valor para os nossos acionistas. Consideramos também que as receitas diferidas são parte importante do financiamento dos nossos negócios, uma vez que os recursos recebidos decorrentes de parcerias foram utilizados para reduzir nosso endividamento e financiar nosso crescimento.



magazineluiza
vem ser feliz



A tabela abaixo ilustra a evolução da nossa estrutura de capital:

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Em 31 de dezembro de		
	2012	2011	2010
Empréstimos e Financiamentos Circulantes	317,2	129,7	108,8
Financiamento da Aquisição da Lojas Maia	-	-	33,6
Empréstimos e Financiamentos Não Circulantes	918,8	581,7	666,1
Endividamento Bruto ^(A)	1.236,0	711,3	808,5
Caixa e Equivalentes de Caixa	423,1	173,1	328,9
Títulos e Valores Mobiliários Circulantes	175,2	75,0	46,7
Títulos e Valores Mobiliários Não Circulantes	59,3	43,3	32,0
Caixa e Aplicações ^(B)	657,6	291,3	407,6
Endividamento Líquido ^{(A) - (B) (1)}	578,4	420,0	400,9
Receitas Diferidas	325,6	318,4	322,0
Patrimônio Líquido	616,0	620,9	47,4

⁽¹⁾ O Endividamento Líquido corresponde a empréstimos e financiamentos circulante e não circulante mais financiamentos de aquisições, subtraído do caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários circulante e não circulante. Outras companhias podem calcular o Endividamento Líquido de maneira diferente da Companhia.

(i) hipóteses de resgate

Não há hipóteses de resgate de ações de nossa emissão, além das previstas na Lei das Sociedades por Ações.

(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há hipóteses de resgate de ações de nossa emissão, bem como fórmula de cálculo.



magazineluiza
vem ser feliz



(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

Cumprimos com todas as nossas obrigações financeiras até a data deste Formulário de Referência, bem como mantivemos assiduidade nos pagamentos desses compromissos. Nos últimos exercícios sociais, nossas necessidades de recursos foram suportadas basicamente por nossa capacidade de geração de caixa operacional e recursos de terceiro. No exercício de 2013, considerando o perfil de nosso endividamento e nosso fluxo de caixa, acreditamos que teremos liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir nossos investimentos, custos, despesas operacionais e financeiras, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora nós não possamos garantir que tal situação permanecerá inalterada. Caso entendamos necessário contrair empréstimos para financiar nossas atividades, investimentos e aquisições, acreditamos ter capacidade para contratá-los.

A tabela abaixo ilustra a reconciliação entre o nosso lucro (prejuízo) líquido e o EBITDA:

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2012	2011	2010
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(6,7)	11,7	68,8
(+) Imposto de renda e contribuição social	(17,3)	36,3	41,1
(+) Resultado financeiro líquido	172,3	165,7	141,5
(+) Depreciação e amortização	93,5	86,9	68,5
EBITDA ⁽¹⁾	241,8	300,6	319,9
Margem EBITDA (EBITDA / Receita Líquida)	3,2%	4,7%	6,7%

⁽¹⁾ Calculamos o EBITDA (Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization) como o lucro (prejuízo) líquido, antes do imposto de renda e da contribuição social, das receitas (despesas) financeiras e da depreciação e amortização. Em razão de nosso cálculo do EBITDA não considerar o imposto de renda e a contribuição social, as receitas (despesas) financeiras, a depreciação e a amortização, o EBITDA funciona como um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por alterações das alíquotas do imposto de renda e da contribuição social, flutuações das taxas de juros ou dos níveis de depreciação e amortização. Consequentemente, acreditamos que o EBITDA funciona como uma ferramenta comparativa significativa para mensurar, periodicamente, o nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Acreditamos que o EBITDA permite um melhor entendimento não apenas do nosso desempenho financeiro, mas também da nossa capacidade de pagamento dos juros e principal da nossa dívida e para contrair mais dívidas para financiar os nossos dispêndios de capital e o nosso capital de giro. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP) ou IFRS, e não deve ser considerado com alternativa ao lucro líquido, como indicador de desempenho operacional, como alternativa ao fluxo de caixa operacional, ou como indicadore de liquidez. O EBITDA não possui significado padrão e a nossa definição de EBITDA pode não ser comparável com a definição de EBITDA utilizada por outras companhias. Porém, uma vez que EBITDA não considera certos custos intrínsecos aos nossos negócios, que poderiam, por sua vez, afetar significativamente os nossos lucros, tais como despesas financeiras, impostos, depreciação, dispêndios de capital e outros encargos correspondentes, o EBITDA apresenta limitações que afetam o seu uso como indicador da nossa rentabilidade.



magazineluiza
vem ser feliz



Em 2012, alcançamos EBITDA de R\$241,8 milhões, com margem EBITDA de 3,2%. No mesmo período, nossa dívida líquida era de R\$578,4 milhões, representando 2,4 vezes nosso EBITDA. Adicionalmente, mantemos o perfil de nossos financiamentos, privilegiando os empréstimos de longo prazo, que representavam 74% do nosso endividamento bruto em 31 de dezembro de 2012.

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2012	2011	2010
(+) Empréstimos e financiamentos circulantes	317,2	129,7	108,8
(+) Financiamento da Aquisição da Lojas Maia (circulante)	-	-	33,6
(+) Empréstimos e financiamentos não circulantes	918,8	581,7	666,1
(=) Endividamento Bruto	1.236,0	711,3	808,5
(-) Caixa e equivalentes de caixa	423,1	173,1	328,9
(-) Títulos e valores mobiliários circulantes	175,2	75,0	46,7
(-) Títulos e valores mobiliários não circulantes	59,3	43,3	32,0
(=) Endividamento Líquido	578,4	420,0	400,9
Endividamento de curto prazo / Endividamento Bruto	26%	18%	18%
Endividamento de longo prazo / Endividamento Bruto	74%	82%	82%
EBITDA	241,8	300,6	319,9
Dívida Líquida / EBITDA	2,4 x	1,4 x	1,3 x

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos, em ativos não circulantes, utilizadas:

Nosso capital de giro é financiado principalmente por recursos de terceiros. Nossos ativos operacionais de curto prazo são compostos, principalmente, pelos estoques, contas a receber e impostos decorrentes da substituição tributária. Do lado passivo, contamos principalmente com nossos fornecedores de mercadorias para revenda, bem como com o financiamento garantido pelo Itaú Unibanco para a Luizacred financiar nossos clientes (depósitos inter financeiros).

Para o financiamento de nossos investimentos em ativos não circulantes, contamos com geração de caixa (nossa e também de nossas controladas em conjunto e subsidiárias) e financiamentos de longo prazo com instituições financeiras de primeira linha.



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

A tabela abaixo ilustra a nossa estrutura de capital de giro:

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Em 31 de dezembro de		
	2012	2011	2010
Ativo Circulante	4.070,0	3.567,1	2.895,6
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(423,1)	(173,1)	(328,9)
(-) Títulos e Valores Mobiliários Circulantes	(175,2)	(75,0)	(46,7)
Subtotal	3.471,6	3.319,0	2.520,0
Passivo Circulante	3.607,0	3.167,1	2.685,9
(-) Empréstimos e Financiamentos Circulantes	(317,2)	(129,7)	(108,8)
(-) Financiamento da Aquisição da Lojas Maia	-	-	(33,6)
(-) Receitas Diferidas	(31,6)	(24,1)	(26,0)
(-) Dividendos a Pagar	-	(1,7)	-
Subtotal	3.258,3	3.011,6	2.517,5
Capital de Giro	213,4	307,3	2,4

A tabela abaixo ilustra a nossa estrutura de capital fixo:

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2012	2011	2010
Contas a receber	1,8	9,4	18,7
Imposto de renda e contribuição social diferidos	201,7	178,9	168,2
Outros ativos	316,1	139,8	79,8
Imobilizado	575,2	489,9	358,8
Intangível	440,7	448,9	374,6
Contas dos Ativos não circulantes ^(A)	1.535,5	1.267,0	1.000,1
Depósitos interfinanceiros	-	-	4,0
Impostos parcelados	1,8	4,4	6,3
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	199,2	173,4	182,0
Provisões técnicas de seguros	27,4	17,9	20,8
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	10,8	13,7
Outras contas a pagar	0,6	6,9	5,4
Contas dos Passivos não circulantes ^(B)	229,0	213,3	232,2
Capital Fixo ^{(A) - (B)}	1.306,6	1.053,6	767,9



magazineluiza
vem ser feliz



- (e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretendem utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

Os nossos Diretores acreditam que a nossa geração de caixa operacional e de nossas controladas em conjunto e subsidiárias é suficiente para cumprir as obrigações de capital de giro e passivo circulante. Havendo eventuais divergências entre as disponibilidades com montantes vencidos no curto prazo, contamos também com linhas de crédito nos principais bancos comerciais de primeira linha atuantes no país.

- (f) Níveis de endividamento e características de tais dívidas:

- (i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes:

Grande parte do nosso endividamento é composta por contratos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras, cuja finalidade principal é a garantia de recursos para nossos investimentos, como: aberturas de novas lojas, capital de giro e aquisições. Em 31 de dezembro de 2012, 2011 e de 2010, os nossos empréstimos e financiamentos apresentavam saldo de R\$1.236,0 milhões, R\$711,3 milhões e R\$774,9 milhões, respectivamente.

As principais garantias que oferecemos para a captação de linhas de financiamento têm sido a cessão dos nossos recebíveis, fianças bancárias, hipoteca e avais/fianças de acionistas.

A tabela abaixo apresenta a taxa de juros praticada e o saldo devedor de nossos contratos financeiros referentes aos períodos indicados:

Modalidade	Encargo	Vencimento final	Exercício encerrado em 31/dez de		
			2012	2011	2010
BNDES	TJLP + 2,38%aa IPCA + 8,91%aa	Dez/13	13.579	32.297	50.338
Capital de Giro	107,5% a 118,8% CDI	Mar/15	801.494	658.646	709.876
Arrendamentos Mercantis Financeiros	CDI/TJLP/LIBOR	Dez/19	18.032	20.392	14.659
Debêntures – Oferta Restrita	113% CDI	Jun/14	200.180	-	-
Notas Promissórias	105% CDI	Out/13	202.679	-	-
Total			1.235.964	711.335	774.873
Passivo circulante			317.198	129.671	108.758
Passivo não circulante			918.766	581.664	666.115



magazineluiza
vem ser feliz



A seguir, apresentamos uma breve descrição dos contratos celebrados com nossos principais credores, que estavam vigentes em 31 de dezembro de 2012.

Banco do Brasil

- *Contrato de Abertura de Crédito (FINBENS)*

O Magazine Luiza celebrou Contrato de Abertura de Crédito com o Banco do Brasil S.A. (FINBENS), em 19 de setembro de 2007, com um limite de crédito de R\$300,0 milhões.

- *Contratos de Abertura de Créditos Fixos*

O Magazine Luiza celebrou quatro Contratos de Abertura de Crédito com o Banco do Brasil S.A., em 19 de março de 2009, 14 de abril de 2009, 13 de maio de 2009 e 08 de julho de 2009, com o valor total de R\$150,0 milhões.

Em 01 de agosto de 2011, os saldos devedores de Créditos Fixos e FINBENS foram consolidados e ratificados. Os prazos de vencimentos alterados para 17 de agosto de 2015.

As amortizações de principal passaram a ter carência de pagamento de 30 (trinta) meses a contar da data de consolidação e ratificação, sendo amortizados em quatro parcelas semestrais a partir de 17 de fevereiro de 2014. Os pagamentos de juros serão feitos semestralmente a partir da data de consolidação e ratificação.

O contrato é garantido por fiança da MTG Administração, Assessoria e Participações S.A. e cessão de direitos creditórios de recebíveis da bandeira Visa.

Os contratos poderão ser declarados antecipadamente vencidos, no caso das hipóteses usuais de mercado.

- *Contratos de Empréstimo Externo Direto em Moeda Estrangeira*

A F.S. Vasconcelos & Cia. Ltda. (Lojas Maia) celebrou com o Banco do Brasil S.A., em 17 de dezembro de 2010, dois Contratos de Empréstimo Externo Direto em Moeda Estrangeira e Outras Avenças ("Contratos de Empréstimo Internacional - BB") nos valores de USD 54,2 milhões e USD 16,4 milhões, respectivamente. O saldo devedor e os contratos são garantidos por cessão de direitos creditórios de recebíveis da bandeira Visa.



magazineluiza
vem ser feliz



Com o objetivo de mitigar o risco cambial da operação de crédito, firmamos contratos de *swap* com o Banco do Brasil S.A., os quais substituem o valor principal mais juros, indexados em moeda estrangeira, por um % do CDI, em moeda local.

Os contratos têm estruturas semelhantes e estão sendo amortizados em parcelas semestrais, sendo o vencimento da ultima parcela será em 24 de junho de 2015.

Os contratos poderão ser declarados antecipadamente vencidos, no caso das hipóteses usuais de mercado.

Banco Bradesco

- *Contratos de Empréstimo*

O Magazine Luiza celebrou o Contrato de Empréstimo com o Bradesco S.A., New York Branch, em 14 de dezembro de 2010, no valor de USD 58,9 milhões.

Este contrato é garantido por nota promissória do Magazine Luiza, aval da MTG Administração, Assessoria e Participações S.A. e por cessão de direitos creditórios dos recebíveis das bandeiras Amex e Hipercard.

Com o objetivo de mitigar o risco cambial da operação de crédito, firmamos um contrato de *swap* com o Banco do Bradesco S.A., o qual substitui o valor principal mais juros, indexados em moeda estrangeira, por um % do CDI, em moeda local.

O contrato poderá ser declarado antecipadamente vencido, no caso das hipóteses usuais de mercado.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

- *Contrato de Financiamento - BNDES*

O Magazine Luiza celebrou Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES nº 08.2.0171.1, em 14 de julho de 2008, com o valor principal de R\$76,5 milhões, constando de três subcréditos (subcrédito A no valor de R\$51,3 milhões, subcrédito B no valor de R\$22,0 milhões e subcrédito C, no valor de R\$3,2 milhões).



magazineluiza
vem ser feliz



Este contrato é garantido por cartas fiança, emitidas pelo Banco do Brasil S.A., Banco Votorantim S.A., HSBC Bank Brasil S.A. e Itaú BBA.

Os pagamentos dos valores principais dos subcréditos serão efetuados em parcelas mensais e anuais, no período de 15 de agosto de 2009 a 15 de dezembro de 2013.

O contrato poderá ser declarado antecipadamente vencido, no caso das hipóteses usuais de mercado, ou, no caso da existência de pessoa que exerça função remunerada na empresa que venha ser diplomada como Deputado(a) Federal ou Senador(a).

Caixa Economica Federal – CEF

- CCB CEF

O Magazine Luiza celebrou Contrato de Financiamento mediante abertura de Cédula de Crédito Bancário – Nº 23.0304.767.0000001-50, 23.0304.777.0000001-31, 23.0304.777.0000003-01 e 23.0304.777.0000002-12, nos valores de R\$100,0 milhões, R\$73,0 milhões, R\$37,7 milhões e R\$31,0 milhões.

Este contrato é garantido por aval da MTG Administração, Assessoria e Participações S.A. Os pagamentos dos valores principais são trimestrais no período de 25 de Março de 2014 até 25 de Dezembro 2019.

O contrato poderá ser declarado antecipadamente vencido, no caso das hipóteses usuais de mercado.

Nota Promissória

- 2ª Emissão de Nota Promissória

O Magazine Luiza emitiu Nota Promissória com código ISIN nº BRMGLUNPM014, na quantidade de 20 cédulas, cada uma no valor unitário de R\$10,0 milhões, totalizando R\$200,0 milhões.

Esta emissão ocorreu sem garantias, com esforços restritos e no ICVM nº 476. A emissão ocorreu no dia 22 de Outubro de 2012, com vencimento 17 de Outubro de 2013.

A Nota Promissória poderá ter seu vencimento antecipado no caso das hipóteses usuais de mercado.



magazineluiza
vem ser feliz



Debêntures

- 1ª Emissão

O Magazine Luiza emitiu sua 1ª Debênture com o código CETIP MGLU11, na quantidade de 200 unidades, cada uma no valor de R\$1,0 milhão. O valor total da emissão foi R\$200,0 milhões.

Esta emissão ocorreu sem garantias, com esforços restritos e no ICVM ^o 476. A emissão ocorreu no dia 26 de Dezembro de 2012 com vencimento 17 de Junho de 2014.

A Debênture poderá ter seu vencimento antecipado no caso das hipóteses usuais de mercado.

O nosso endividamento de curto e longo prazo, na data base de 31 de dezembro de 2012, está assim distribuído ao longo do tempo:

Contrato de Empréstimo	Pagamentos devidos por período (em reais mil)				
	Total	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos
Total	1.235.964	317.198	760.632	109.096	49.038

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras:

Em 31 de dezembro de 2012, não possuíamos qualquer outra operação de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas no item anterior. No entanto, mantemos sólidas relações comerciais com os principais agentes financeiros no mercado, visando o pronto acesso a linhas de crédito para financiamento de investimentos e eventuais demandas de capital de giro. Adicionalmente, firmamos (i) com o Itaú Unibanco e com o Banco Itaúcard S.A. um Acordo de Associação relativo à nossa operação com a Luizacred, nossa controlada em conjunto financeira; e (ii) com a Cardif um Acordo relativo à nossa operação com a Luizaseg, nossa controlada em conjunto que oferece trabalho de seguros com garantia estendida e outros seguros. Para maiores informações sobre estes contratos, consulte item 7.8 (a) deste Formulário de Referência.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas:

Não há grau de subordinação entre as dívidas atuais.



magazineluiza
vem ser feliz



(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, principalmente com relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário:

Em 31 de dezembro de 2012, cumprimos com as obrigações acessórias ("covenants"), que restringiam os limites e a contratação de novas dívidas, constantes nos contratos de empréstimos e financiamentos, firmados junto às instituições financeiras. Essas obrigações acessórias referem-se ao atingimento de índices financeiros, que possuem vencimentos a partir do ano de 2013, conforme descrito abaixo:

Contrato Banco do Brasil	• não realizar, sem prévia e expressa autorização do Banco do Brasil, a distribuição de dividendos em, no máximo, 25% do lucro líquido; • manter a relação Dívida Financeira Líquida Ajustada¹ / EBITDA não superior a 3,0 vezes, sendo apurada semestralmente, levando em consideração, para cálculo do EBITDA, o desempenho acumulado nos últimos 12 meses da data do encerramento dos demonstrativos financeiros; e • apresentar balancetes trimestrais, durante a vigência desta operação.
Caixa Econômica Federal	• não realizar, sem prévia e expressa autorização da Caixa Econômica Federal, a distribuição de dividendos em, no máximo, 25% do lucro líquido; • manter a relação Dívida Financeira Líquida / EBITDA não superior a 3,5 vezes, sendo apurada semestralmente a partir de Dez/2012, levando em consideração, para cálculo do EBITDA, o desempenho acumulado nos últimos 12 meses da data do encerramento dos demonstrativos financeiros; • apresentar balancetes trimestrais, durante a vigência desta operação.

¹ Dívida Financeira Líquida Ajustada entende-se como o somatório de todos e quaisquer empréstimos bancários, excluindo-se as operações de Compras e Vendas, menos disponibilidades e contas a receber de cartões de crédito.

² Dívida Líquida entende-se como o somatório de todos e quaisquer empréstimos bancários, excluindo-se as operações de Compras e Vendas, menos disponibilidades.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados:

Em 31 de dezembro de 2012, possuíamos um total de R\$1.236,0 milhões de empréstimos tomados.



magazineluiza
vem ser feliz



(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas de nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, as quais foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiras (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (*International Accounting Standards Board – IASB*), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela CVM.

Essas demonstrações financeiras foram auditadas pela ERNST & YOUNG TERCO Auditores Independentes S.S., de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, e o Relatório dos Auditores Independentes também se encontra anexo às Demonstrações Financeiras Anuais Completas, e possui parágrafo de ênfase quanto a preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Descrição das principais linhas do nosso resultado

(i) Receita Líquida

Nossa receita líquida é composta principalmente por: (i) revenda de mercadorias; (ii) operações financeiras; e (iii) prestações de serviços, após a dedução de impostos e devoluções sobre vendas.

As receitas de revenda de mercadorias são geradas por todas as nossas lojas e a contabilização das receitas é feita quando da entrega das mercadorias aos clientes e a titularidade legal das mercadorias é transferida aos clientes. As receitas provenientes das operações de crédito são realizadas por nossa controlada em conjunto Luizacred, e compreendem principalmente as atividades de crédito direto ao consumidor, cartões de crédito e empréstimo pessoal. A contabilização dos juros é realizada conforme a taxa de juros, o prazo e o saldo devedor de cada financiamento, de acordo com as normas do Banco Central do Brasil, ou BACEN. As receitas de prestação de serviços são realizadas por todas as nossas empresas e incluem a venda de garantias estendidas, consórcios, diversos tipos de seguros, além da cobrança de tarifas de cartões de crédito e taxas pela nossa atividade de correspondente bancário.



magazineluiza
vem ser feliz



Abaixo descrevemos os impostos e devoluções sobre vendas que impactam esta linha das demonstrações de resultado:

ICMS

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS é um tributo estadual incidente sobre a receita bruta em cada etapa da cadeia de produção e comercialização.

Nos dezesseis estados em que atuamos vigora, para a maioria das categorias de produtos do nosso mix de vendas, o regime de substituição tributária do ICMS. O recolhimento deste tributo ocorre de forma antecipada, no momento da compra da mercadoria, tendo como base o custo de compra e a margem de valor agregada (*Mark-up*), determinada pelas autoridades fiscais de cada Estado. Os impostos antecipados na forma de substituição foram registrados de acordo com o regime de competência no grupo de custo das mercadorias vendidas, das operações de varejo, conforme descrito abaixo.

As alíquotas internas de ICMS variam entre 7% e 25% conforme a legislação de cada Estado e região brasileira (Norte, Sul, Sudeste, Nordeste e Centro Oeste).

Ressaltamos ainda que recolhemos os impostos devidos sobre as vendas dos produtos e, posteriormente, pagamos ao governo do respectivo Estado. Quando nossos produtos são vendidos, o custo do ICMS, que tínhamos anteriormente registrado como parte do custo dos estoques, torna-se registrado como custo de mercadorias revendidas quando as vendas são realizadas. Em geral, a incidência tributária ocorre quando, ao circularmos com a mercadoria, entramos em outro Estado da federação, mesmo que o efetivo pagamento esteja relacionado com as compras futuras dos nossos clientes.

Especificamente para o Estado de São Paulo, nas vendas de produtos cujos fornecedores estão localizados em outros Estados da federação, somos responsáveis pelo pagamento deste tributo no Estado de São Paulo. De outro modo, nas vendas de produtos cujos centros de distribuição estão no Estado de São Paulo e destinam para outros Estados da federação, também somos responsáveis pelo recolhimento do ICMS para este outro Estado e, em seguida, recuperamos o tributo anteriormente pago ao Estado de São Paulo.



magazineluiza
vem ser feliz



PIS e COFINS

Sobre a receita de venda de mercadorias e administração de consórcios incidem as alíquotas de 1,65% para o PIS e 7,6% para o COFINS, exceto produtos beneficiados com isenções fiscais, como computadores. Adotamos o regime não cumulativo, podendo descontar créditos auferidos em compras e outras despesas, pelos quais as obrigações fiscais podem ser compensadas com créditos advindos de tributos pagos anteriormente sobre produtos que compramos e outras despesas. Além disso, nas atividades de financiamento e de seguros, aplicam-se alíquotas de 0,65% para PIS e de 4,0% para COFINS, cuja base de cálculo recai, respectivamente, na receita líquida de despesa de captação, deduzindo as recuperações de crédito e depósitos judiciais, e no prêmio ganho, deduzido dos sinistros pagos, acrescidos de todas as receitas financeiras. Nas atividades de financiamento e de seguros os valores de PIS e COFINS são registrados como despesas tributárias, no grupo de despesas operacionais.

Impostos sobre Serviços - ISS

O Imposto Sobre Serviço (ISS) é um tributo municipal, incidente sobre a prestação de serviço. Efetuamos o recolhimento na cidade em que ocorreu o fato gerador, aplicando a alíquota vigente, conforme legislação de cada município.

Devoluções sobre Vendas

Os montantes relativos às devoluções de vendas, efetuadas pelos nossos clientes, são registrados como deduções que impactam nossa receita líquida.

(ii) Custo das Mercadorias Vendidas e Serviços Prestados

O custo das mercadorias vendidas é apurado com base no custo médio de aquisição dos produtos que revendemos e registrado na data em que as receitas de venda de mercadorias são reconhecidas. Estes valores são deduzidos das verbas de indenização por obsolescência e outras verbas por superação de metas, incluindo bônus por compras adicionais de produtos, pagas pelos nossos fornecedores. Além disso, contabilizamos também como custo das mercadorias os gastos com frete, relacionadas ao transporte de mercadorias até os Centros de Distribuição ("CDs"), que por consequência são incorporados ao custo. Adicionalmente, nos 16 estados em que atuamos vigora, para a maioria das categorias de produtos do nosso mix de vendas, o regime de substituição tributária do ICMS. O recolhimento deste tributo ocorre de forma antecipada, no momento da compra da mercadoria, tendo como base o custo de compra e a margem de valor agregada (*markup*), determinada pelas autoridades fiscais de cada Estado, o recolhimento desta substituição tributária do ICMS é conhecido em nossos estoques e impacta o custo das nossas mercadorias vendidas, quando as vendas são realizadas.



magazineluiza
vem ser feliz



Os custos das operações de crédito são compostos por custos de captação no mercado (depósitos interfinanceiros), por meio de nossa controlada em conjunto Luizacred. Os custos dos serviços prestados englobam custos de sinistros com as apólices de garantia estendidas e outros custos da administração de consórcios.

(iii) Despesas com Vendas

Nossas despesas com vendas são decorrentes das operações das nossas lojas, bem como das nossas subsidiárias e controladas em conjunto. As principais despesas são: pessoal, incluindo salários; comissões; encargos sociais e benefícios; propaganda e *marketing*; distribuição e logística; aluguel; comunicação; segurança; energia; e manutenção.

(iv) Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas são incorridas no gerenciamento e suporte das atividades operacionais. As nossas principais despesas envolvem as atividades regulares dos nossos centros de distribuição, escritório central de Franca, escritório de negócios de São Paulo e outras despesas corporativas, tais como consultorias e assessorias especializadas.

(v) Depreciação e amortização

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, ou do conjunto destes, reconhecemos estes bens por meio do método linear, fazendo com que o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado das nossas demonstrações financeiras. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

(vi) Outras Receitas Operacionais, Líquidas

A conta contábil Outras receitas operacionais, líquidas consiste substancialmente da apropriação de receitas diferidas relativas a acordos de cessão de direito de exploração, realizadas por instituições financeiras (i) para gerir a nossa folha de pagamento e oferecer com exclusividade serviços bancários a nossos empregados; (ii) ter o direito de exclusividade para oferecer serviços financeiros e produtos de seguros para os nossos clientes, por nossas controladas em conjunto Luizacred e Luizaseg. Os acordos de cessão de direitos de exploração, que são geralmente pagos em dinheiro, são registrados nas contas contábeis de caixa e receita diferida, no balanço patrimonial e são apropriadas ao resultado do exercício mensalmente na rubrica de “Outras receitas operacionais, líquidas”.



magazineluiza
vem ser feliz



(vii) Resultado Financeiro

O resultado financeiro é a diferença entre as receitas e despesas financeiras. As principais contas contábeis são as despesas de juros incidentes sobre o endividamento, juros sobre antecipações de cartão de crédito e juros das operações comerciais de vendor.

(viii) Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto sobre a renda e contribuição social está relacionada ao lucro tributável dos exercícios, sendo as alíquotas para as atividades de varejo e de consorcio de 25% para IRPJ e 9% para CSLL. Para as atividades de financiamento e seguros, as alíquotas são de 25% para IRPJ e 15% para CSLL.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos pela diferença temporária dos valores, no fim de cada período, entre saldos ativos e passivos do balanço patrimonial, bem como as suas bases fiscais correspondentes, incluindo todos os rendimentos tributáveis ou prejuízos fiscais. Os impostos diferidos, registrados no passivo, são reconhecidos por toda diferença temporária tributável, enquanto os impostos diferidos, registrados no ativo, são reconhecidos pela diferença temporária dos valores dedutíveis, mas apenas se a empresa apresentar significativos lucros tributáveis no período, no qual sejam suficientes para suprir as deduções aplicadas. Os impostos diferidos no ativo e no passivo não são reconhecidos por diferenças tributárias temporárias, que são resultantes do valor da conta intangível, ou do reconhecimento inicial para as demais operações do ativo e do passivo que não impactam o lucro tributável ou o lucro contábil, exceto para as combinações de negócios.

Para maiores informações sobre imposto de renda e contribuição social diferidos, ver o item “Políticas Contábeis Críticas” acima



magazineluiza
vem ser feliz



DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de resultado consolidado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011.

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2012	A.V. % ⁽¹⁾	2011	A.V. % ⁽¹⁾	Variação % 2011/2012
Receita Líquida de Vendas	7.665,1	100,0	6.419,4	100,0	19,4
Custo das Mercadorias Revendidas, das Prestações de Serviços e de Captações para Operações Financeiras	(5.146,6)	(67,1)	(4.275,1)	(66,6)	20,4
Lucro bruto	2.518,5	32,9	2.144,3	33,4	17,5
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	(1.581,0)	(20,6)	(1.343,3)	(20,9)	17,7
Gerais e administrativas	(388,4)	(5,1)	(354,6)	(5,5)	9,5
Perdas em crédito de liquidação duvidosa	(338,5)	(4,4)	(244,9)	(3,8)	38,2
Depreciação e amortização	(93,5)	(1,2)	(86,9)	(1,4)	7,6
Outras receitas operacionais, líquidas	31,3	0,4	99,2	1,5	(68,5)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	148,3	1,9	213,7	3,3	(30,6)
Resultado Financeiro	(172,3)	(2,2)	(165,7)	(2,6)	4,0
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(24,0)	(0,3)	47,9	0,7	(150,1)
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido	17,3	0,2	(36,3)	(0,6)	(147,7)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	(6,7)	(0,1)	11,7	0,2	(157,8)

⁽¹⁾ Percentual em relação ao total da receita operacional líquida.



magazineluiza
vem ser feliz



A tabela abaixo apresenta os componentes da receita líquida:

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2012	A.V. % ⁽¹⁾	2011	A.V. % ⁽¹⁾	Variação % 2011/2012
Receita Bruta de Vendas e Serviços	9.054,4	118,1	7.601,3	118,4	19,1
Impostos e Devoluções	(1.389,3)	(18,1)	(1.182,0)	(18,4)	17,5
Receita Líquida de Vendas	7.665,1	100,0	6.419,4	100,0	19,4

⁽¹⁾ Percentual em relação ao total da receita operacional líquida.

Abertura da quantidade de lojas:

Número de lojas por Estado	Em 31 de dezembro de		
	2012	2011	2010
São Paulo	271	272	222
Minas Gerais	80	79	77
Paraná	106	105	41
Mato Grosso do Sul	13	12	11
Goiás	4	4	4
Rio Grande do Sul	55	55	55
Santa Catarina	59	58	57
Paraíba	22	22	22
Rio Grande do Norte	12	12	12
Pernambuco	24	20	19
Ceará	19	18	17
Alagoas	10	10	8
Sergipe	5	4	4
Bahia	55	51	49
Piauí	6	4	4
Maranhão	1	1	1
Nacional – Site	1	1	1
Total	743	728	604



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

Abertura de Loja por Canal de Vendas (Final do Período):

Número de lojas por canal - final do período	Em 31 de dezembro de		
	2012	2011	2010
Lojas virtuais	106	103	67
Site	1	1	1
Subtotal - Canal Virtual	107	104	68
Lojas convencionais ⁽¹⁾	636	624	536
Total	743	728	604

⁽¹⁾ Os dados de lojas convencionais incluem as lojas-conceito.

Receita Bruta por Canal:

Receita bruta por canal	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2012	A.V. (%)	2011	A.V. (%)	Crescimento
Lojas virtuais	385,8	4,6%	295,1	4,1%	30,8%
Site	1.094,8	13,0%	821,1	11,5%	33,3%
Subtotal - Canal Virtual	1.480,6	17,6%	1.116,1	15,7%	32,7%
Lojas convencionais ⁽¹⁾	6.937,2	82,4%	5.996,6	84,3%	15,7%
Total	8.417,8	100,0%	7.112,8	100,0%	18,3%

Receita bruta por canal	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2010	A.V. (%)	2009	A.V. (%)	Crescimento
Lojas virtuais	238,6	4,5%	183,7	4,8%	29,9%
Site	568,7	10,7%	324,9	8,5%	75,0%
Subtotal - Canal Virtual	807,3	15,2%	508,7	13,3%	58,7%
Lojas convencionais ⁽¹⁾	4.517,1	84,8%	3.320,1	86,7%	36,1%
Total	5.324,4	100,0%	3.828,7	100,0%	39,1%

⁽¹⁾ Os dados de lojas convencionais incluem as lojas-conceito.



magazineluiza
vem ser feliz



Receita Bruta Consolidada:

A tabela abaixo descreve a distribuição da receita bruta entre os segmentos de negócios:

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2012	2011	Variação % 2011/2012
Receita Bruta - Varejo – Revenda de Mercadorias	8.114,0	6.848,1	18,5%
Receita Bruta - Varejo - Prestação de Serviços	314,3	264,7	18,7%
Total Varejo	8.428,3	7.112,8	18,5%
Receita Bruta – Financiamento ao Consumo	667,2	528,9	26,2%
Receita Bruta - Operações de Seguros	86,3	68,8	25,6%
Receita Bruta - Administração de Consórcios	33,7	27,7	21,5%
Eliminações Inter-Companhias ⁽¹⁾	(161,1)	(136,8)	17,8%
Receita Bruta Total	9.054,4	7.601,3	19,1%

A receita bruta consolidada do Magazine Luiza cresceu 19,1% em 2012 em relação a 2011, passando de R\$7.601,3 milhões para R\$9.054,4 milhões. O expressivo aumento obtido no ano foi devido principalmente aos seguintes fatores: i) evolução no segmento de varejo, influenciada pelo crescimento no conceito mesmas lojas, pelo forte crescimento do e-commerce e pela expansão da Companhia no número de lojas; e ii) crescimento na receita proveniente do segmento de financiamento ao consumo de 26,2%, influenciado, principalmente, pelo aumento nas receitas de crédito direto ao consumidor e de serviços.

Receita Líquida Consolidada:

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2012	2011	Variação % 2011/2012
Receita Líquida - Varejo – Revenda de Mercadorias	6.768,1	5.703,0	18,7%
Receita Líquida - Varejo - Prestação de Serviços	273,8	229,7	19,2%
Total Varejo	7.041,9	5.932,7	18,7%
Receita Líquida - Operações de Crédito	667,2	528,9	26,2%
Receita Líquida - Operações de Seguros	86,3	68,8	25,6%
Receita Líquida - Administração de Consórcios	30,8	25,8	19,2%
Eliminações – Receita entre segmentos ⁽¹⁾	(161,1)	(136,8)	17,8%
Receita Líquida Total	7.665,1	6.419,4	19,4%



magazineluiza
vem ser feliz



A receita líquida consolidada aumentou 19,4%, em linha com o crescimento da receita bruta, passando de R\$6.419,4 milhões para R\$7.665,1 milhões.

Lucro Bruto Consolidado:

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2012	2011	Variação % 2011/2012
Lucro Bruto - Varejo - Revenda de Mercadorias	1.716,1	1.539,6	11,5%
Lucro Bruto - Varejo - Prestação de Serviços	273,8	229,7	19,2%
Total Varejo	1.990,0	1.769,3	12,5%
Lucro Bruto - Operações de Crédito	584,8	431,3	35,6%
Lucro Bruto - Operações de Seguros	80,0	63,8	25,3%
Lucro Bruto - Administração de Consórcios	19,0	11,7	62,6%
Eliminações – Operações entre segmentos ⁽¹⁾	(155,2)	(131,8)	17,7%
Lucro Bruto Total	2.518,5	2.144,3	17,5%

⁽¹⁾ As eliminações referem-se a valores auferidos com a prestação de serviços realizados entre os segmentos operacionais da Companhia.

A tabela a seguir mostra a nossa margem bruta nos períodos indicado:

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2012	2011	Variação % 2011/2012
Margem Bruta - Varejo - Revenda de Mercadorias	25,4%	27,0%	-1,6 pp
Margem Bruta - Varejo - Prestação de Serviços	100,0%	100,0%	0,0 pp
Total Varejo	28,3%	29,8%	-1,5 pp
Margem Bruta - Operações de Crédito	87,6%	81,5%	6,1 pp
Margem Bruta - Operações de Seguros	92,6%	92,8%	-0,2 pp
Margem Bruta - Administração de Consórcios	61,8%	45,3%	16,5 pp
Eliminações Inter companhia	96,3%	96,4%	-0,1 pp
Margem Bruta Total	32,9%	33,4%	-0,5 pp

⁽¹⁾ A margem bruta é calculada dividindo-se o lucro bruto pela receita líquida

O lucro bruto consolidado avançou 17,5% em 2012, passando de R\$2.144,3 milhões para R\$2.518,5 milhões, com margem bruta de 32,9%, representando um decréscimo de 0,5 ponto percentual em relação a 2011, devido principalmente ao impacto do 4T12 no segmento de varejo.



magazineluiza
vem ser feliz



Despesas Operacionais:

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2012	% RL	2011	% RL	Variação % 2011/2012
Despesas com vendas	(1.581,0)	(20,6)	(1.271,0)	(19,8)	17,7
Despesas gerais e administrativas	(388,4)	(5,1)	(354,6)	(5,5)	9,5
Perda em liquidação duvidosa	(338,5)	(4,4)	(244,9)	(3,8)	38,2
Outras receitas operacionais, líquidas	31,3	0,4	26,8	0,4	(68,5)
Total de Despesas Operacionais	(2.276,7)	(29,7)	(1.843,7)	(28,7)	23,5
(+/-) Despesas Extraordinárias	24,8	0,3	45,7	0,7	(45,7)
Total de Despesas Operacionais	(2.251,9)	(29,4)	(1.798,0)	(28,0)	25,2

EBITDA

O lucro antes de juros, impostos depreciação e amortização (EBITDA Consolidado) foi de R\$241,8 milhões em 2012, com margem de 3,2%. No ano de 2012, o resultado consolidado foi impactado positivamente pelo crescimento das vendas e racionalização de despesas e negativamente pelo processo de integração das lojas do Baú e das Lojas Maia, pelo aumento nas provisões para perdas em crédito de liquidação duvidosa robustas na Luizacred e pelo processo de maturação das lojas novas em curso.

Lucro Líquido Consolidado

O resultado líquido de 2012 foi um prejuízo de R\$6,7 milhões, com margem de -0,1%, impactado também pelo processo de integração das lojas do Baú e das Lojas Maia, pelo aumento nas provisões para perdas em crédito de liquidação duvidosa e pelo processo de maturação das lojas novas em curso.



magazineluiza
vem ser feliz



DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de resultado consolidado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010.

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2011	A.V. % ⁽¹⁾	2010	A.V. % ⁽¹⁾	Variação % 2010/2011
Receita Líquida de Vendas	6.419,4	100,0	4.808,0	100,0	33,5
Custo das Mercadorias Revendidas, das Prestações de Serviços e de Captações para Operações Financeiras	(4.275,1)	(66,6)	(3.166,3)	(65,9)	35,0
Lucro bruto	2.144,3	33,4	1.641,8	34,1	30,6
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	(1.271,0)	(19,8)	(960,2)	(20,0)	32,4
Gerais e administrativas	(354,6)	(5,5)	(248,9)	(5,2)	42,5
Perdas em crédito de liquidação duvidosa	(244,9)	(3,8)	(175,3)	(3,6)	39,7
Depreciação e amortização	(86,9)	(1,4)	(68,5)	(1,4)	26,9
Outras receitas operacionais, líquidas	26,8	0,4	62,5	1,3	(57,1)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	213,7	3,3	251,4	5,2	(15,0)
Resultado Financeiro	(165,7)		(141,5)	(2,9)	17,1
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	47,9	0,7	110,0	2,3	(56,4)
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido	(36,3)	(0,6)	(41,1)	(0,9)	(11,8)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	11,7	0,2	68,8	1,4	(83,1)

⁽²⁾ Percentual em relação ao total da receita operacional líquida.



magazineluiza
vem ser feliz



A tabela abaixo apresenta os componentes da receita líquida:

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2011	A.V. % ⁽¹⁾	2010	A.V. % ⁽¹⁾	Variação % 2010/2011
Receita Bruta de Vendas e Serviços	7.601,3	118,4	5.692,0	118,4	33,5
Impostos e Devoluções	(1.182,0)	(18,4)	(884,0)	(18,4)	33,7
Receita Líquida de Vendas	6.419,4	100,0	4.808,0	100,0	33,5

⁽¹⁾ Percentual em relação ao total da receita operacional líquida.

Receita Bruta Consolidada

A tabela abaixo descreve a distribuição da receita bruta entre os segmentos de negócios:

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2011	2010	Variação % 2010/2011
Receita Bruta - Varejo – Revenda de Mercadorias	6.848,1	5.138,3	33,3%
Receita Bruta - Varejo - Prestação de Serviços	264,7	186,1	42,2%
Total Varejo	7.112,8	5.324,4	33,6%
Receita Bruta – Financiamento ao Consumo	528,9	395,4	33,8%
Receita Bruta - Operações de Seguros	68,8	58,3	17,9%
Receita Bruta - Administração de Consórcios	27,7	21,1	31,6%
Eliminações Inter-Companhias ⁽¹⁾	(136,8)	(107,2)	27,6%
Receita Bruta Total	7.601,3	5.692,0	33,5%

A receita bruta consolidada do Magazine Luiza avançou 33,5% em 2011, passando de R\$5.692,0 milhões para R\$7.601,3 milhões. O expressivo aumento obtido no ano foi devido principalmente aos seguintes fatores:

- (i) Expansão de 33,6% no segmento de varejo, influenciado pelo crescimento de 16,5% no conceito mesmas lojas, pela expansão orgânica de 24 lojas e pela aquisição da Lojas Maia e Baú.
 - As vendas pela internet cresceram 44,4%, totalizando R\$821 milhões em 2011;



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

- O faturamento da Lojas Maia praticamente dobrou em relação ao seu faturamento antes da aquisição, atingindo R\$1,0 bilhão;
- (ii) Crescimento na receita proveniente do segmento de financiamento ao consumo de 33,8%, passando de R\$395,4 milhões em 2010 para R\$528,9 milhões em 2011, com destaque para o crescimento das receitas provenientes do Cartão Luiza e para o empréstimo pessoal.

Receita Líquida Consolidada

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2011	2010	Variação % 2010/2011
Receita Líquida - Varejo – Revenda de Mercadorias	5.703,0	4.280,6	33,2%
Receita Líquida - Varejo - Prestação de Serviços	229,7	161,4	42,3%
Total Varejo	5.932,7	4.442,0	33,6%
Receita Líquida - Operações de Crédito	528,9	395,4	33,8%
Receita Líquida - Operações de Seguros	68,8	58,3	17,9%
Receita Líquida - Administração de Consórcios	25,8	19,6	31,9%
Eliminações – Receita entre segmentos ⁽¹⁾	(136,8)	(107,2)	27,6%
Receita Líquida Total	6.419,4	4.808,0	33,5%

A receita líquida consolidada aumentou 33,5%, em linha com o crescimento da receita bruta, passando de R\$4.808,0 milhões para R\$6.419,4 milhões.

Lucro Bruto Consolidado

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2011	2010	Variação % 2010/2011
Lucro Bruto - Varejo - Revenda de Mercadorias	1.539,6	1.187,8	29,6%
Lucro Bruto - Varejo - Prestação de Serviços	229,7	161,4	42,3%
Total Varejo	1.769,3	1.349,1	31,1%
Lucro Bruto - Operações de Crédito	431,3	334,4	29,0%
Lucro Bruto - Operações de Seguros	63,8	55,4	15,3%
Lucro Bruto - Administração de Consórcios	11,7	10,0	16,9%
Eliminações – Operações entre segmentos ⁽¹⁾	(131,8)	(107,2)	23,0%
Lucro Bruto Total	2.144,3	1.641,8	30,6%

⁽¹⁾ As eliminações referem-se a valores auferidos com a prestação de serviços realizados entre os segmentos operacionais da Companhia.



magazineluiza
vem ser feliz



A tabela a seguir mostra a nossa margem bruta nos períodos indicados.

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2011	2010	Variação % 2010/2011
Margem Bruta - Varejo - Revenda de Mercadorias	27,0%	27,7%	(0,8) pp
Margem Bruta - Varejo - Prestação de Serviços	100,0%	100,0%	0,0 pp
Total Varejo	29,8%	30,4%	(0,6) PP
Margem Bruta - Operações de Crédito	81,5%	84,6%	(0,3) pp
Margem Bruta - Operações de Seguros	92,8%	95,0%	(2,1) pp
Margem Bruta - Administração de Consórcios	45,3%	51,2%	(5,8) pp
Eliminações Inter companhia	96,4%	100,0%	(3,6) pp
Margem Bruta Total	33,4%	34,1%	(0,7) pp

(i) A margem bruta é calculada dividindo-se o lucro bruto pela receita líquida

Em 2011, o lucro bruto consolidado totalizou R\$2.144,3 milhões, um aumento de 30,6% comparado ao ano anterior. Seguem abaixo os principais fatores que influenciaram a variação do lucro bruto:

(i) A margem bruta do segmento varejo diminuiu de 30,4% em 2010 para 29,8% em 2011, principalmente em função de uma maior participação de categorias de produtos com margens mais baixas, como eletro-eletrônicos, e das vendas pela internet;

(ii) A margem do segmento de financiamento ao consumo foi de 81,5% em 2011, levemente abaixo de 2010. A redução da margem bruta no segmento de financiamento ao consumo está associada ao aumento do CDI médio no período e à mudança no perfil da carteira da Luizacred, em função do crescimento mais acelerado do uso do Cartão Luiza fora das lojas. Esta transação tem menor margem financeira no início, mas gera mais resultados no médio prazo.

Despesas Operacionais

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2011	% RL	2010	% RL	Variação % 2010/2011
Despesas com vendas	(1.271,0)	(19,8)	(960,2)	(20,0)	32,4
Despesas gerais e administrativas	(354,6)	(5,5)	(248,9)	(5,2)	42,5
Perda em liquidação duvidosa	(244,9)	(3,8)	(175,3)	(3,6)	39,7
Outras receitas operacionais, líquidas	26,8	0,4	62,5	1,3	(57,1)
Total de Despesas Operacionais	(1.843,7)	(28,7)	(1.321,8)	(27,5)	39,5



magazineluiza
vem ser feliz



Despesas com Vendas

As despesas com vendas totalizaram R\$1.271,0 milhões em 2011, representando 19,8% da receita líquida, abaixo dos 20,0% observados em 2010. Apesar das despesas com lojas novas, da aquisição das lojas do Baú e gastos com a virada da marca na Lojas Maia, a Companhia conseguiu diluir despesas de vendas no segmento de varejo, tais como despesas de aluguel, de marketing e de pessoal.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas passaram de R\$248,9 milhões em 2010 para R\$354,6 milhões em 2011, representando 5,5% da receita líquida. Esse aumento foi devido à mudança do escritório de negócios para São Paulo, bem como pela manutenção dos escritórios e centros de distribuição da Lojas Maia e das lojas do Baú, e todos os gastos extraordinários oriundos do processo de integração das redes adquiridas.

Perdas em Crédito de Liquidação Duvidosa

As provisões para perdas em crédito de liquidação duvidosa passaram de R\$175,3 milhões em 2010 para R\$244,9 milhões em 2011, representando 3,8% da receita líquida. É importante ressaltar que, por conservadorismo, a Luizacred veio ao longo do ano reduzindo a taxa de aprovação das propostas de financiamentos, apesar da melhora dos indicadores de atraso da carteira da Luizacred. A carteira total em atraso diminuiu 2,6 pontos percentuais de dez/10 para dez/11.

Outras Despesas (Receitas) Operacionais

As outras despesas (receitas) operacionais líquidas passaram de receitas líquidas de R\$62,5 milhões em 2010 para receitas líquidas de R\$26,8 milhões em 2011. Essa variação foi decorrente, principalmente, dos seguintes fatores:

- (i) Despesas extraordinárias com o processo de integração das redes, incluindo despesas com lojas novas, virada da marca no nordeste e gastos de integração das redes adquiridas;
- (ii) Redução na apropriação de receitas diferidas (em função principalmente de uma alteração no critério de apropriação para o método linear);
- (iii) Aumento nas despesas com cartão de crédito na Luizacred, em função das lojas novas e do aumento da base de novos cartões de crédito;



magazineluiza
vem ser feliz



(iv) Alteração na contabilização do empréstimo pessoal, que passou a ser contabilizado no resultado da intermediação financeira, reduzindo a receita de *profit sharing*.

EBITDA

Nos 12M11, o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) consolidado foi de R\$300,6 milhões com margem de 4,7%, representando uma queda de 6,0% em relação ao ano de 2010, em função, principalmente, do impacto das despesas extraordinárias, tais como as despesas pré-operacionais de lojas novas e gastos com a virada da marca no nordeste e integração das redes, no 3T11 e 4T11.

Resultado Financeiro

As despesas financeiras líquidas passaram de R\$141,5 milhões (2,9% da receita líquida) em 2010 para R\$165,7 milhões (2,6% da receita líquida) em 2011. Essa variação foi consequência principalmente da redução do endividamento líquido da Companhia após a abertura de capital.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social saíram de R\$41,1 milhões em 2010 para R\$36,3 milhões em 2011. A Companhia não contabilizou impostos diferidos ativos em função do prejuízo das lojas do Baú e da Lojas Maia, no montante de R\$13,6 milhões, afetando a alíquota efetiva consolidada. Vale explicar que este prejuízo deve ser compensado com o aproveitamento fiscal do ágio das aquisições, possível após as incorporações.

Lucro Líquido Consolidado

Nos 12M11, o lucro líquido consolidado foi de R\$11,7 milhões, com margem de 0,2% sobre a receita líquida, influenciado pelas despesas extraordinárias e créditos fiscais não aproveitados.



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

BALANÇO PATRIMONIAL

A tabela abaixo apresenta as principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2012 comparado a 31 de dezembro de 2011.

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2012	A.V. %(1)	2011	A.V. %(1)	Variação % 2011/2012
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	423,1	7,5	173,1	3,5	144,4
Títulos e valores mobiliários	175,2	3,1	75,0	1,5	133,8
Contas a receber	2.104,5	37,2	1.927,8	39,5	9,2
Estoques	1.068,8	18,9	1.264,7	25,9	(15,5)
Partes relacionadas	35,5	0,6	42,6	0,9	(16,6)
Impostos a recuperar	214,8	3,8	24,6	0,5	772,8
Outros ativos	48,1	0,8	59,4	1,2	(19,0)
Total dos ativos circulantes	4.070,0	71,8	3.567,1	73,1	14,1
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	59,3	1,0	43,3	0,9	37,0
Contas a receber	1,8	0,0	9,4	0,2	(81,2)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	201,7	3,6	178,9	3,7	12,8
Outros ativos	316,1	5,6	139,8	2,9	126,1
Imobilizado	575,2	10,2	489,9	10,0	17,4
Intangível	440,7	7,8	448,9	9,2	(1,8)
Total dos ativos não circulantes	1.594,8	28,2	1.310,2	26,9	21,7
TOTAL DO ATIVO	5.664,8	100,0	4.877,4	100,0	16,1
(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2012	A.V. %(1)	2011	A.V. %(1)	Variação % 2010/2011
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	1.328,2	23,4	1.267,8	23,1	4,8
Empréstimos e financiamentos	317,2	5,6	129,7	2,4	144,6
Depósitos interfinanceiros	990,0	17,5	981,5	17,9	0,9
Operações com cartões de crédito	566,7	10,0	436,1	7,9	29,9
Salários, férias e encargos sociais	139,5	2,5	121,6	2,2	14,8
Impostos a recolher	80,2	1,4	49,3	0,9	62,5
Partes relacionadas	26,0	0,5	25,5	0,5	1,9
Impostos parcelados	9,1	0,2	2,9	0,1	219,8
Receita diferida	31,6	0,6	24,1	0,4	31,0
Dividendos a pagar	-	0,0	1,7	0,0	-
Provisões técnicas de seguros	34,1	0,6	32,5	0,6	5,2
Outras contas a pagar	84,4	1,5	94,6	1,7	(10,7)



magazineluiza
vem ser feliz



Total de passivo circulante	3.607,0	63,7	3.167,1	57,6	13,9
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	918,8	16,2	581,7	10,6	58,0
Impostos parcelados	1,8	0,0	4,4	0,1	(59,5)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	199,2	3,5	173,4	3,2	14,9
Provisões técnicas de seguros	27,4	0,5	17,9	0,3	53,2
Receita diferida	294,0	5,2	294,3	5,4	(0,1)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	0,0	10,8	0,2	-
Outras contas a pagar	0,6	0,0	6,9	0,1	(91,0)
Total de passivo não circulante	1.441,7	25,5	1.089,3	19,8	32,4
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	606,5	10,7	606,5	11,0	0,0
Reserva legal e de capital	6,8	0,1	4,0	0,1	70,1
Reserva de retenção de lucros	2,6	0,0	10,4	0,2	(75,4)
Total do patrimônio líquido	616,0	10,9	620,9	11,3	(0,8)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.664,8	100,0	4.877,4	100,0	16,1

⁽¹⁾ Percentual do total do ativo.

⁽²⁾ Percentual do total do passivo e do patrimônio líquido.

Ativo Circulante

O ativo circulante aumentou 14,1%, ou R\$502,8 milhões, passando de R\$3.567,1 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$4.070,0 milhões em 31 de dezembro de 2012. O ativo circulante representava 73,1% do total do ativo em 31 de dezembro de 2011 e 71,8% em 31 de dezembro de 2012. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

- (i) aumento de 144,4%, ou R\$250,0 milhões, no saldo da conta caixa e equivalentes de caixa, que passou de R\$173,1 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$423,1 milhões em 31 de dezembro de 2012. Esse aumento decorreu do aumento de caixa mínimo para elevar a liquidez da Companhia;
- (ii) aumento de 133,8%, ou R\$100,3 milhões, no saldo da conta títulos e valores mobiliários, que passou de R\$75,0 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$175,2 milhões em 31 de dezembro de 2012. O aumento das aplicações também está relacionado ao aumento da posição em ativos líquidos para constituição do caixa mínimo, conforme explicado acima. Outra parte deste saldo é composto por aplicações financeiras da nossa controlada em conjunto Luizaseg, que estão vinculados às provisões técnicas de seguros, e crescem em função do aumento na venda de seguros.



magazineluiza
vem ser feliz



(iii) aumento de 9,2%, ou R\$176,7 milhões, no saldo das contas a receber, que passou de R\$1.927,8 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$2.104,5 milhões em 31 de dezembro de 2012. Esse aumento justifica-se crescimento das operações de vendas da nossa empresa, financiadas pela nossa controlada em conjunto Luizacred, além do crescimento da utilização do nosso cartão de crédito em outros estabelecimentos comerciais;

(iv) redução de 15,5%, ou R\$195,9 milhões, no saldo da conta estoques, que passou de R\$1.264,7 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$1.068,8 milhões em 31 de dezembro de 2012. Essa redução decorreu da melhoria dos giros de estoques e da contabilização dos créditos acumulados de ICMS por substituição tributária a recuperar, no valor de R\$281,2 milhões, na linha de impostos a recuperar, sendo R\$152,0 milhões contabilizados no ativo circulante e R\$129,2 milhões no ativo não circulante.

(v) redução de 16,6%, ou R\$7,1 milhões, no saldo da conta partes relacionadas, que passou de R\$42,6 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$35,5 milhões em 31 de dezembro de 2012. Essa redução decorreu, principalmente, do menor saldo a receber pelas vendas por cartões de crédito da nossa coligada em conjunto Luizacred;

(vi) aumento de 772,8%, ou R\$190,2 milhões, no saldo da conta impostos a recuperar, que passou de R\$24,6 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$214,8 milhões em 31 de dezembro de 2012. Conforme explicado acima, esse aumento refere-se, principalmente, à contabilização dos créditos acumulados de ICMS por substituição tributária a recuperar no valor de R\$152,0 milhões no ativo circulante; e

(vii) redução de 19,0%, ou R\$11,3 milhões, no saldo da conta outros ativos, que passou de R\$59,4 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$48,1 milhões em 31 de dezembro de 2012. Não tivemos variações significativas nessa conta.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante aumentou 21,7%, ou R\$284,6 milhões, passando de R\$1.310,2 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$1.594,8 milhões em 31 de dezembro de 2012. O ativo não circulante representava 26,9% do total do ativo em 31 de dezembro de 2011 e 28,2% em 31 de dezembro de 2012. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações das subcontas do ativo não circulante realizável em longo prazo abaixo descritas:



magazineluiza
vem ser feliz



(i) aumento de 37,0% ou R\$16,0 milhões, no saldo da conta títulos e valores mobiliários, que passou de R\$43,3 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$59,3 milhões em 31 de dezembro de 2012. Esse saldo é composto por aplicações financeiras da nossa controlada em conjunto Luizaseg e cresceu em função da evolução das vendas de seguros;

(ii) diminuição de 81,2%, ou R\$7,6 milhões, no saldo das contas a receber, que passou de R\$9,4 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$1,8 milhões em 31 de dezembro de 2012. Essa redução justifica-se principalmente pela diminuição do prazo médio de recebimento a clientes;

(iii) aumento de 12,8%, ou R\$22,8 milhões, no saldo da conta impostos de renda e contribuição social diferidos, que passou de R\$178,9 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$201,7 milhões em 31 de dezembro de 2012. Esse aumento justifica-se, principalmente, pelo aumento das provisões temporários advindas da incorporação societária da Lojas Maia, bem pelo aumento do prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social da Companhia;

(iv) aumento de 345,9%, ou R\$107,4 milhões, no saldo da conta impostos a recuperar, que passou de R\$31,0 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$138,4 milhões em 31 de dezembro de 2012. Conforme explicado acima, esse aumento refere-se, principalmente, à contabilização dos créditos acumulados de ICMS por substituição tributária a recuperar no valor de R\$129,2 milhões no ativo não circulante;

(v) aumento de 54,9%, ou R\$48,8 milhões, no saldo da conta depósitos judiciais, que passou de R\$89,0 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$137,8 milhões em 31 de dezembro de 2012. Esse aumento refere-se às contestações de débitos que estão em discussão judicial pelos nossos assessores jurídicos;

(vi) aumento de 101,7%, ou R\$20,1 milhões, no saldo da conta de outros ativos, que passou de R\$19,8 milhões para R\$39,9 milhões em 31 de dezembro de 2012. Essa variação decorreu, principalmente, do retorno de créditos de precatórios referentes ao parcelamento de débitos de ICMS junto à Secretaria Estadual do Paraná.

(vii) aumento de 17,4%, ou R\$85,2 milhões, no saldo da conta imobilizado, que passou de R\$489,9 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$575,2 milhões em 31 de dezembro de 2012. Esse aumento foi uma consequência de investimentos na inauguração de lojas novas, das reformas de lojas e da finalização do projeto de ampliação do centro de distribuição de Louveira; e



magazineluiza
vem ser feliz



(viii) redução de 1,8%, ou R\$8,2 milhões, no saldo da conta intangível, que passou de R\$448,9 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$440,7 milhões em 31 de dezembro de 2012. Essa variação está relacionada com a amortização de fundo de comércio e fluxos de investimentos do período.

Passivo Circulante

O passivo circulante aumentou 13,9%, ou R\$439,9 milhões, passando de R\$3.167,1 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$3.607,0 milhões em 31 de dezembro de 2012. O passivo circulante representava 64,9% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2011 e 63,7% em 31 de dezembro de 2012. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

- (i) aumento de 4,8%, ou R\$60,4 milhões, no saldo da conta fornecedores, que passou de R\$1.267,8 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$1.328,2 milhões em 31 de dezembro de 2012. Essa variação decorreu da necessidade de aumentar os estoques para suportar o crescimento nas vendas e melhorar a disponibilidade de produtos no Nordeste e nas lojas recém adquiridas do Baú da Felicidade;
- (ii) aumento de 144,6%, ou R\$187,5 milhões, no saldo da conta empréstimos e financiamentos, que passou de R\$129,7 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$317,2 milhões em 31 de dezembro de 2012. Esse aumento decorreu da maior necessidade de capital de giro devido ao crescimento da operação da Companhia no ano;
- (iii) aumento de apenas 0,9%, ou R\$8,5 milhões, no saldo de depósitos interfinanceiros, que passou de R\$981,5 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$990,0 milhões em 31 de dezembro de 2012;
- (iv) aumento de 29,9%, ou R\$130,5 milhões, no saldo da conta operações com cartões de crédito, que passou de R\$436,1 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$566,7 milhões em 31 de dezembro de 2012. Esse aumento decorreu do crescimento da utilização do nosso cartão de crédito em outros estabelecimentos comerciais;
- (v) aumento de 14,8%, ou R\$17,9 milhões, no saldo da conta salários, férias e encargos sociais, que passou de R\$121,6 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$139,5 milhões em 31 de dezembro de 2012. Essa variação está relacionada aos ajustes de folha de pagamento no ano, bem como do provisionamento de férias;



magazineluiza
vem ser feliz



(vi) aumento de 62,5%, ou R\$30,9 milhões, no saldo da conta impostos a recolher, que passou de R\$49,3 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$80,2 milhões em 31 de dezembro de 2012. Essa variação justifica-se pelo aumento nas provisões para pagamentos de impostos sobre vendas decorrentes do crescimento das vendas da Companhia;

(vii) aumento de apenas 1,9%, ou R\$0,5 milhão, no saldo da conta partes relacionadas, que passou de R\$25,5 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$26,0 milhões em 31 de dezembro de 2012;

(viii) aumento de 219,8%, ou R\$6,3 milhões, no saldo da conta impostos parcelados, que passou de R\$2,9 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$9,1 milhões em 31 de dezembro de 2012. Esse aumento decorreu, principalmente, da adesão ao parcelamento de débitos de ICMS junto a Secretária Estadual do Estado do Paraná no exercício de 2012;

(ix) redução de 31,0%, ou R\$7,5 milhões, no saldo da conta receita diferida, que passou de um valor R\$24,1 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$31,6 milhões em 31 de dezembro de 2012. A variação deve-se a redução relativa das apropriações de receitas diferidas ao resultado, pelo prazo de nossos contratos diferidos;

(x) aumento de 5,2%, ou R\$1,7 milhão, no saldo da conta provisões técnicas de seguros, que passou de um valor R\$32,5 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$34,1 milhões em 31 de dezembro de 2012. Esse aumento refere-se à manutenção do provisionamento de prêmios não ganhos na nossa Controlada Luizaseg, que é constituído para a cobertura dos sinistros a ocorrer, considerando indenizações e despesas relacionadas ao longo dos prazos dos contratos de seguros; e

(xi) redução de 10,7%, ou R\$10,2 milhões, no saldo da conta outras contas a pagar, que passou de R\$94,6 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$84,4 milhões em 31 de dezembro de 2012. Essa redução está relacionada às variações rotineiras de outras contas a pagar da operação da Companhia.

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante aumentou em 32,4%, ou R\$352,5 milhões, passando de R\$1.089,3 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$1.441,7 milhões em 31 de dezembro de 2012. O passivo não circulante representava 22,3% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2011 e 25,5% em 31 de dezembro de 2012. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:



magazineluiza
vem ser feliz



- (i) aumento de 58,0%, ou R\$337,1 milhões, no saldo da conta empréstimos e financiamentos, que passou de R\$581,7 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$918,8 milhões em 31 de dezembro de 2012. Conforme explicado acima, o aumento da dívida decorreu da maior necessidade de capital de giro devido ao crescimento da operação da Companhia no ano;
- (ii) redução de 59,5%, ou R\$2,6 milhão, no saldo da conta impostos parcelados, que passou de R\$4,4 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$1,8 milhões em 31 de dezembro de 2012. Essa redução decorreu do pagamento das parcelas relativas ao REFIS IV da Companhia (débitos inseridos no Programa de Recuperação Fiscal);
- (iii) aumento de 14,9%, ou R\$25,8 milhões, no saldo da conta provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, que passou de R\$173,4 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$199,2 milhões em 31 de dezembro de 2012. Essa variação decorreu de novas adições e reversões de provisões baseadas nas avaliações de nossos assessores jurídicos em relação aos riscos prováveis de perdas, bem como pelas obrigações legais;
- (iv) aumento de 53,2%, ou R\$9,5 milhões, no saldo da conta provisões técnicas de seguros, que passou de R\$17,9 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$27,4 milhões em 31 de dezembro de 2012. Esse aumento refere-se à manutenção do provisionamento de prêmios não ganhos na nossa Controlada Luizaseg, conforme explicado acima;
- (v) redução de 0,1%, ou R\$0,2 milhão, no saldo da conta receita diferida, que passou de um valor R\$294,3 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$294,1 milhões em 31 de dezembro de 2012. Essa conta não apresentou variação significativa, mas reflete o novo acordo operacional com a Luizaseg mencionado anteriormente;
- (vi) redução de 100,0% no saldo da conta imposto de renda e contribuição social diferidos, que passou de R\$10,8 milhões em 31 de dezembro de 2011, para zero em 31 de dezembro de 2012. Essa redução justifica-se pela incorporação societária da Lojas Maia, especificamente à diferenças temporárias não mais existentes; e
- (vii) redução de 91,0%, ou R\$6,3 milhões, no saldo da conta outras contas a pagar, que passou de um valor R\$6,9 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$0,6 milhão em 31 de dezembro de 2010.



magazineluiza
vem ser feliz



Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido apresentou redução de 0,8%, ou R\$5,0 milhões, passando de R\$620,9 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$616,0 milhões em 31 de dezembro de 2012, devido ao resultado líquido do exercício. O patrimônio líquido representava 12,7% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2011 e 10,9% em 31 de dezembro de 2012.

BALANÇO PATRIMONIAL

A tabela abaixo apresenta as principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2011 comparado a 31 de dezembro de 2010.

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2011	A.V. %(1)	2010	A.V. %(1)	Variação % 2010/2011
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	173,1	3,5	328,9	8,4	(47,4)
Títulos e valores mobiliários	75,0	1,5	46,7	1,2	60,4
Contas a receber	1.927,8	39,5	1.524,7	38,8	26,4
Estoques	1.264,7	25,9	849,8	21,6	48,8
Partes relacionadas	42,6	0,9	36,0	0,9	18,3
Impostos a recuperar	24,6	0,5	46,5	1,2	(47,1)
Outros ativos	59,4	1,2	63,0	1,6	(5,7)
Total dos ativos circulantes	3.567,1	73,1	2.895,6	73,7	23,2
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	43,3	0,9	32,0	0,8	35,4
Contas a receber	9,4	0,2	18,7	0,5	(49,7)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	178,9	3,7	168,2	4,3	6,3
Outros ativos	139,8	2,9	79,8	2,0	75,1
Imobilizado	489,9	10,0	358,8	9,1	36,5
Intangível	448,9	9,2	374,6	9,5	19,8
Total dos ativos não circulantes	1.310,2	26,9	1.032,2	26,3	26,9
TOTAL DO ATIVO	4.877,4	100,0	3.927,8	100,0	24,2

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2011	A.V. %(1)	2010	A.V. %(2)	Variação % 2010/2011
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	1.267,8	23,1	1.132,3	28,8	12,0
Empréstimos e financiamentos	129,7	2,4	108,8	2,8	19,2
Depósitos interfinanceiros	981,5	17,9	852,7	21,7	15,1
Operações com cartões de crédito	436,1	7,9	220,2	5,6	98,0



magazineluiza
vem ser feliz



Salários, férias e encargos sociais	121,6	2,2	116,5	3,0	4,4
Impostos a recolher	49,3	0,9	39,4	1,0	25,1
Partes relacionadas	25,5	0,5	21,7	0,6	17,7
Impostos parcelados	2,9	0,1	43,0	1,1	(93,4)
Receita diferida	24,1	0,4	26,0	0,7	(7,2)
Dividendos a pagar	1,7	0,0	-	-	-
Provisões técnicas de seguros	32,5	0,6	22,9	0,6	41,5
Outras contas a pagar	94,6	1,7	102,4	2,6	(7,6)
Total de passivo circulante	3.167,1	57,6	2.685,9	68,4	17,9
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	581,7	10,6	666,1	17,0	(12,7)
Depósitos interfinanceiros	-	-	4,0	0,1	(100,0)
Impostos parcelados	4,4	0,1	6,3	0,2	(30,2)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	173,4	3,2	182,0	4,6	(4,7)
Provisões técnicas de seguros	17,9	0,3	20,8	0,5	(14,0)
Receita diferida	294,3	5,4	296,1	7,5	(0,6)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10,8	0,2	13,7	0,3	(21,7)
Outras contas a pagar	6,9	0,1	5,4	0,1	28,6
Total de passivo não circulante	1.089,3	19,8	1.194,4	30,4	(8,8)
Total dos passivos	4.256,41	77,4	3.880,3	98,8	9,7
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	606,5	11,0	43,0	1,1	1.310,5
Reserva legal	4,0	0,1	3,4	0,1	16,9
Reserva de retenção de lucros	10,4	0,2	1,0	0,0	947,8
Prejuízos acumulados	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido	620,9	11,3	47,4	1,2	1.209,0
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.877,4	100,0	3.927,8	100,0	40,0

⁽¹⁾ Percentual do total do ativo.

⁽²⁾ Percentual do total do passivo e do patrimônio líquido.

Ativo Circulante

O ativo circulante aumentou 23,2%, ou R\$671,5 milhões, passando de R\$2.895,6 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$3.567,1 milhões em 31 de dezembro de 2011. O ativo circulante representava 73,7% do total do ativo em 31 de dezembro de 2010 e 73,1% em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:



magazineluiza
vem ser feliz



(i) queda de 47,4%, ou R\$155,8 milhões, no saldo da conta caixa e equivalentes de caixa, que passou de R\$328,9 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$173,1 milhões em 31 de dezembro de 2011. Essa redução justifica-se pelo alto nível de investimentos ao longo do ano de 2011, conforme mencionado acima, e pelo desembolso na aquisição da Lojas Maia no valor R\$80,3 milhões;

(ii) aumento de 60,4%, ou R\$28,2 milhões, no saldo da conta títulos e valores mobiliários, que passou de R\$46,7 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$75,0 milhões em 31 de dezembro de 2011. Estes saldos são compostos principalmente por aplicações financeiras da nossa controlada em conjunto Luizaseg e cresceram em função do aumento na venda de seguros. Além disso, estes títulos estão vinculados às provisões técnicas de seguros, que são normatizadas pela SUSEP;

(iii) aumento de 26,4%, ou R\$403,2 milhões, no saldo das contas a receber, que passou de R\$1.524,7 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$1.927,8 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento justifica-se pelo crescimento das operações de vendas da nossa empresa, financiadas pela nossa controlada em conjunto Luizacred, além do crescimento da utilização do nosso cartão de crédito em outros estabelecimentos comerciais;

(iv) aumento de 48,8%, ou R\$414,9 milhões, no saldo da conta estoques, que passou de R\$849,8 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$1.264,7 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento decorreu do próprio crescimento das vendas, da abertura de 24 novas lojas, da aquisição da Lojas Maia e mais recentemente do Baú, principalmente, do aumento dos itens com a incidência de substituição tributária do ICMS, que é contabilizada na conta de estoque de mercadorias para revenda quando do pagamento antecipado deste tributo;

(v) aumento de 18,3%, ou R\$6,6 milhões, no saldo da conta partes relacionadas, que passou de R\$36,0 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$42,6 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento decorreu do crescimento das receitas de prestação de serviço para as nossas controladas em conjunto, bem como pelo aumento do saldo a receber da Luizacred referente à vendas por cartões de crédito;

(vi) redução de 47,1%, ou R\$21,9 milhões, no saldo da conta impostos a recuperar, que passou de R\$46,5 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$24,6 milhões em 31 de dezembro de 2011. A redução do saldo ocorreu basicamente em função de créditos de ICMS a serem compensados no longo prazo, portanto foram transferidos para o ativo não circulante; e



magazineluiza
vem ser feliz



(vii) redução de 3,6%, ou R\$5,7 milhões, no saldo da conta outros ativos, que passou de R\$63,0 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$59,4 milhões em 31 de dezembro de 2011. Não tivemos variações significativas nessa conta.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante aumentou 26,9%, ou R\$278,0 milhões, passando de R\$1.032,2 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$1.310,2 milhões em 31 de dezembro de 2011. O ativo não circulante representava 26,3% do total do ativo em 31 de dezembro de 2010 e 26,9% em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações das subcontas do ativo não circulante realizável em longo prazo abaixo descritas:

(i) aumento de 35,4% ou R\$11,3 milhões, no saldo da conta títulos e valores mobiliários, que passou de R\$32,0 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$43,3 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento justifica-se pelo crescimento das vendas de seguros da nossa controlada em conjunto, conforme citado anteriormente;

(ii) diminuição de 49,7%, ou R\$9,3 milhões, no saldo das contas a receber, que passou de R\$18,7 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$9,4 milhões em 31 de dezembro de 2011. Essa redução justifica-se principalmente pela diminuição do prazo médio de recebimento e a consequente reclassificação para o curto prazo;

(iii) aumento de 6,3%, ou R\$10,7 milhões, no saldo da conta impostos de renda e contribuição social diferidos, que passou de R\$168,2 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$178,9 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento justifica-se principalmente pelo aumento do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Companhia;

(iv) aumento de 75,1%, ou R\$60,0 milhões, no saldo da conta outros ativos, que passou de R\$79,8 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$139,8 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento refere-se principalmente a depósitos judiciais e à transferência de impostos a recuperar do curto para o longo prazo;

(v) aumento de 36,5%, ou R\$131,1 milhões, no saldo da conta imobilizado, que passou de R\$358,8 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$489,9 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento foi uma consequência de investimentos na inauguração de lojas novas, das reformas de lojas e da ampliação do centro de distribuição de Louveira; e



magazineluiza
vem ser feliz



(vi) aumento de 19,8%, ou R\$74,3 milhões, no saldo da conta intangível, que passou de R\$374,6 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$448,9 milhões em 31 de dezembro de 2011. Essa variação foi decorrente, principalmente, do ágio na aquisição da New-Utd (“Lojas do Baú”), além dos investimentos em tecnologia da informação.

Passivo Circulante

O passivo circulante aumentou 17,9%, ou R\$481,2 milhões, passando de R\$2.685,9 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$3.167,1 milhões em 31 de dezembro de 2011. O passivo circulante representava 68,4% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2010 e 57,6% em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

(i) aumento de 12,0%, ou R\$135,5 milhões, no saldo da conta fornecedores, que passou de R\$1.132,3 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$1.267,8 milhões em 31 de dezembro de 2011. Essa variação decorreu da necessidade de aumentar os estoques para suportar o crescimento nas vendas e melhorar a disponibilidade de produtos no Nordeste e nas lojas recém adquiridas do Baú da Felicidade;

(ii) aumento de 19,2%, ou R\$20,9 milhões, no saldo da conta empréstimos e financiamentos, que passou de R\$108,8 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$129,7 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento deveu-se à transferência de vencimentos de longo prazo para curto prazo, uma vez que a dívida bruta total foi reduzida no período;

(iii) aumento de 15,1%, ou R\$128,8 milhões, no saldo da depósitos interfinanceiros, que passou de R\$852,7 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$981,5 milhões em 31 de dezembro de 2011. Essa variação decorreu do crescimento da carteira de crédito junto aos nossos clientes, que é financiada por este passivo;

(iv) aumento de 98,0%, ou R\$215,9 milhões, no saldo da conta operações com cartões de crédito, que passou de R\$220,2 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$436,1 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento decorreu do crescimento da utilização do nosso cartão de crédito em outros estabelecimentos comerciais;



magazineluiza
vem ser feliz



(v) aumento de 4,4%, ou R\$5,1 milhões, no saldo da conta salários, férias e encargos sociais, que passou de R\$116,5 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$121,6 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento justifica-se pelo crescimento no quadro de funcionários das mesmas lojas, para atender uma maior demanda de clientes, das 24 novas lojas, da estruturação do escritório de negócio de São Paulo e da aquisição das lojas do Baú;

(vi) aumento de 25,1%, ou R\$9,9 milhões, no saldo da conta impostos a recolher, que passou de R\$39,4 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$49,3 milhões em 31 de dezembro de 2011. Essa variação foi decorrente principalmente do aumento na provisão para pagamento de PIS e COFINS, em consequência do aumento de receitas tributáveis.;

(vii) aumento de 17,7%, ou R\$3,8 milhões, no saldo da conta partes relacionadas, que passou de R\$21,7 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$25,5 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento foi decorrente do crescimento de operações com campanhas publicitárias com uma de nossas partes relacionadas;

(viii) redução de 93,4%, ou R\$40,2 milhões, no saldo da conta impostos parcelados, que passou de R\$43,0 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$2,9 milhões em 31 de dezembro de 2011. Essa redução decorreu do pagamento à vista do REFIS (débitos inseridos no Programa de Recuperação Fiscal) pela controlada em conjunto Luizacred;

(ix) diminuição de 7,2%, ou R\$1,9 milhão, no saldo da conta receita diferida, que passou de um valor R\$26,0 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$24,1 milhões em 31 de dezembro de 2011. A variação do saldo foi uma consequência de uma redução relativa a apropriações de receita diferida ao resultado, pelo prazo de nossos contratos diferidos e um aumento decorrente do aditivo do acordo de associação com nossa controlada em conjunto Luizacred em 2011 incorporando a aquisição das lojas do Baú;

(x) aumento de R\$1,7 milhão na conta dividendos a pagar, que era zero em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento refere-se à provisão para a distribuição obrigatória de dividendos referentes ao exercício;

(xi) aumento de 41,5%, ou R\$9,5 milhão, no saldo da conta provisões técnicas de seguros, que passou de um valor R\$22,9 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$32,5 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento refere-se ao maior provisionamento de prêmios não ganhos na nossa Controlada Luizaseg, que é



magazineluiza
vem ser feliz



constituído para a cobertura dos sinistros a ocorrer, considerando indenizações e despesas relacionadas ao longo dos prazos dos contratos de seguros; e

(xii) redução de 7,6%, ou R\$7,8 milhões, no saldo da conta outras contas a pagar, que passou de R\$102,4 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$94,6 milhões em 31 de dezembro de 2011. Essa redução decorreu principalmente pelo pagamento do saldo remanescente do financiamento da aquisição da Lojas Maia e outras variações rotineiras de outras contas a pagar da Companhia.

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante reduziu em 8,8%, ou R\$105,2 milhões, passando de R\$1.194,4 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$1.089,3 milhões em 31 de dezembro de 2011. O passivo não circulante representava 30,4% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2010 e 19,8% em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

(i) redução de 12,7%, ou R\$84,5 milhões, no saldo da conta empréstimos e financiamentos, que passou de R\$666,1 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$581,7 milhões em 31 de dezembro de 2011. Essa redução deveu-se ao pagamento de empréstimos e financiamentos da Companhia;

(ii) redução de 100,0%, ou R\$4,0 milhões, no saldo da conta depósito interfinanceiros, que passou de R\$4,0 milhões em 31 de dezembro de 2010, para zero em 31 de dezembro de 2011, devido à migração dos saldos de longo para curto prazo;

(iii) redução de 30,2%, ou R\$1,9 milhão, no saldo da conta impostos parcelados, que passou de R\$6,3 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$4,4 milhões em 31 de dezembro de 2011. Essa redução decorreu do pagamento à vista do REFIS (débitos inseridos no Programa de Recuperação Fiscal) pela Controlada Luizacred;

(iv) redução de 4,7%, ou R\$8,6 milhões, no saldo da conta provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, que passou de R\$182,0 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$173,4 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento decorreu de novas adições e reversões de provisões baseadas nas avaliações de nossos assessores jurídicos em relação aos riscos prováveis de perdas, bem como pelas obrigações legais;



magazineluiza
vêm ser feliz



(v) redução de 14,0%, ou R\$2,9 milhões, no saldo da conta provisões técnicas de seguros, que passou de R\$20,8 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$17,9 milhões em 31 de dezembro de 2011. Essa redução decorreu da transferência das provisões do longo para o curto prazo;

(vi) redução de 0,6%, ou R\$1,8 milhão, no saldo da conta receita diferida, que passou de um valor R\$296,1 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$294,3 milhões em 31 de dezembro de 2011. Essa variação foi decorrente do aditivo do Acordo de Associação, por meio do qual registramos no saldo da receita diferida o valor de R\$48,0 milhões referentes à aquisição das lojas do Baú e também pela apropriação receita diferida ao resultado do exercício de R\$27,7 milhões no ano;

(vii) redução de 21,7%, ou R\$3,0 milhões, no saldo da conta imposto de renda e contribuição social diferidos, que passou de R\$13,7 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$10,8 milhões em 31 de dezembro de 2011. Essa redução devido à amortização de intangível na combinação de negócios; e

(viii) aumento de 28,6%, ou R\$1,5 milhões, no saldo da conta outras contas a pagar, que passou de um valor R\$5,4 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$6,9 milhões em 31 de dezembro de 2011.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido aumentou R\$573,5 milhões, passando de R\$47,4 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$620,9 milhões em 31 de dezembro de 2011, devido ao lucro líquido do exercício e principalmente pelo aumento de capital de R\$563,5 milhões originados da Oferta Pública de Ações. O patrimônio líquido representava 1,2% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2010 e 11,3% em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento é explicado abaixo por conta a conta do nosso patrimônio líquido:

(i) aumento de R\$563,5 milhões, no saldo da conta capital social, que passou de R\$43,0 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$606,5 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento devido a captação de recursos na Oferta de Ações da Companhia (IPO) em maio de 2011;

(ii) aumento de 16,9%, ou R\$0,6 milhão, no saldo da conta reserva legal, que passou de R\$3,4 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$4,0 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esta variação consiste na provisão de reserva legal estatutária;



magazineluiza
vem ser feliz



(iii) aumento de R\$9,4 milhões, no saldo da conta reserva de retenção de lucros, que passou de R\$1,0 milhão em 31 de dezembro de 2010, para R\$10,4 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento decorre do saldo remanescente após as retenções legais e distribuição de dividendos; e

FLUXO DE CAIXA

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações do fluxo de caixa dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010.

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2012	2011	2010
(+) Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(6,7)	11,7	68,8
(+) Ajustes para conciliar o resultado ao fluxo de caixa	533,4	439,6	332,7
(+) Aumento (redução) nos ativos operacionais	(780,6)	(1.127,3)	(804,7)
(+) Aumento (redução) nos passivos operacionais:	204,4	448,8	828,7
(+) IR / CS Pagos	(14,5)	(36,3)	(20,1)
(=) Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais ⁽¹⁾	(64,1)	(263,6)	405,4
(+) Aquisição/ Venda de imobilizado e intangível	(174,9)	(178,1)	(123,7)
(+) Venda de contrato de exclusividade e direito de exploração	65,0	24,0	80,0
(+) Aplicação/ Resgate em fundo de investimento exclusivo	-	(9,3)	-
(+) Investimento em controlada	-	(107,0)	(61,8)



magazineluiza
vem ser feliz



(=) Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades de investimentos ⁽²⁾	(109,9)	(270,4)	(105,5)
(+) Aumento de capital, por oferta pública de ações	-	553,0	-
(+) Captação de empréstimos e financiamentos	745,7	182,8	319,9
(+) Pagamento de empréstimos e financiamentos	(227,7)	(273,1)	(405,9)
(+) Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(91,3)	(84,5)	(63,7)
(+) Pagamento de dividendos	(2,7)	-	(13,7)
(=) Caixa oriundo das (aplicado nas) nas atividades financeiras ⁽³⁾	424,0	378,2	(163,5)
Aumento (Redução) do saldo de caixa ^{(1) + (2) + (3) =} ⁽⁴⁾	250,0	(155,7)	136,5
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	173,1	328,9	192,4
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	423,1	173,1	328,9

Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades Operacionais

Em 2010, o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de R\$405,4 milhões, comparado às aplicações líquidas de caixa nas atividades operacionais de R\$263,4 milhões em 2011 e de R\$64,1 milhões em 2012. A evolução no fluxo de caixa das operações, notadamente no exercício de 2011, foi decorrente do aumento na necessidade de capital de giro, devido, principalmente à aquisição das Lojas Maia e lojas do Baú.

Os principais passivos operacionais que financiam nossos ativos são fornecedores de mercadorias de revenda, depósitos interfinanceiros e as operações com cartões de crédito. Em 2011, o aumento dos nossos ativos circulantes operacionais em montante superior ao aumento nos nossos passivos circulantes operacionais decorreu, principalmente, da adequação de estoques nas lojas do Baú e nas Lojas Maia, bem como pelo crescimento da carteira do contas a receber em função do crescimento na receita bruta. Em 2012, essa variação também esteve relacionada ao aumento da carteira do contas a receber e ao aumento das posições de títulos e valores mobiliários.



magazineluiza
vem ser feliz



Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Investimento

Em 2010, o caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$105,5 milhões, considerando a aquisição de bens imobilizados e intangíveis, no valor de R\$123,7 milhões, o aditamento do contrato de associação da Luizacred para inclusão da Lojas Maia, no valor de R\$80,0 milhões, e o pagamento de R\$61,8 milhões pela aquisição da Lojas Maia. Em 2011, o caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$270,4 milhões, devido, principalmente, a aquisição de bens imobilizados e intangíveis, no valor de R\$178,1 milhões, o aditamento do contrato de associação da Luizacred para inclusão das lojas do Baú, no valor de R\$24,0 milhões, e o pagamento de R\$80,3 milhões pela aquisição das lojas do Baú. Em 2012, o caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$109,9 milhões, devido, principalmente, a aquisição de bens imobilizados e intangíveis, no valor de R\$174,9 milhões e ao novo acordo operacional da Luizaseg, no valor de R\$65,0 milhões.

Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Financiamento

Em 2010, o caixa aplicado nas atividades de financiamento foi de R\$163,5 milhões, em função de pagamentos de empréstimos em montante acima das captações, no valor líquido de R\$86,0 milhões, pagamento de juros da ordem de R\$63,7 milhões e dividendos de R\$13,7 milhões. Em 2011, o caixa das atividades de financiamento ficou positivo em R\$378,2 milhões, devido ao aumento de capital no montante de R\$553,0 milhões, líquido dos pagamentos de empréstimos e financiamentos no valor de R\$174,8 milhões. Em 2012, o caixa proveniente das atividades de financiamento foi de R\$424,0 milhões, em função de captações de recursos no montante de R\$745,7 milhões, pagamentos de empréstimos no montante de R\$227,7 milhões, pagamento de juros de R\$91,3 milhões e distribuição de dividendos no valor de R\$2,8 milhões.

Variação no Saldo de Disponibilidades

O saldo de disponibilidades foi aumentado em R\$136,5 milhões, em 2010, devido ao caixa oriundo das atividades operacionais. Em 2011, o saldo de disponibilidades foi reduzido em R\$155,7 milhões, devido a maior necessidade de capital de giro e maior nível de investimentos, em partes compensados pelo aumento de capital provenientes dos recursos captados na Oferta de Ações. E finalmente em 2012, o saldo de disponibilidades avançou em R\$250,0 milhões, devido ao aumento do caixa mínimo para elevar a liquidez da Companhia.



magazineluiza
vem ser feliz



10.2. Resultados das operações e financeiro:

(a) Resultados das operações do emissor, em especial:

(i) Descrições de quaisquer componentes importantes da receita:

Nossa receita bruta é composta principalmente por: (i) revenda de mercadorias; (ii) operações de crédito; e (iii) prestações de serviços.

As receitas de revenda de mercadorias são realizadas por todas as nossas lojas. As receitas provenientes das operações de crédito são realizadas por nossa controlada em conjunto, Luizacred, e compreendem principalmente os juros cobrados nas operações de crédito direto ao consumidor ("CDC"), empréstimo pessoal e no nosso cartão de crédito. As receitas de prestação de serviços são realizadas por todas as nossas empresas e inclui a venda de garantias estendidas, diversos tipos de seguros, tarifas de cartões de crédito, taxa de administração de consórcio, além da prestação de serviços pelas operações de varejo para as suas controladas em conjunto e subsidiárias.

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

Nossas operações, principalmente de revenda de mercadorias, dependem sensivelmente das condições macro econômicas, incluindo a inflação, o nível de emprego, a variação no rendimento real dos salários, o grau de confiança dos consumidores a taxa de juros real.

A situação financeira e o resultado das nossas operações dependem das condições macro-econômicas, principalmente por fatores como: (i) o desenvolvimento econômico brasileiro; (ii) a taxa de desemprego; (iii) a disponibilidade de crédito; (iv) o nível de juros básico; e (v) o nível de renda da população.

Em 2012, com a evolução destes indicadores, o volume de vendas do comércio varejista restrito apresentou crescimento de 8,4% segundo dados do IBGE. O volume de vendas apenas do segmento de móveis e eletrodomésticos se destacou com crescimento de 12,3%, em relação ao ano de 2011. Mais uma vez a Companhia conseguiu aproveitar o bom momento da economia e crescer acima do mercado, ganhando *market share*.



magazineluiza
vem ser feliz



É importante ressaltar que nos últimos anos, nosso setor de atuação vem crescendo acima do varejo como um todo. Considerando que a penetração dos nossos produtos na classe C ainda é muito baixa, o potencial de crescimento continua muito elevado para os próximos anos. Ao longo de mais de 50 anos de operação no varejo, nossa estratégia e atuação estiveram voltadas ao varejo de bens duráveis para a Classe C, a classe social que mais cresce no Brasil, representando aproximadamente 102 milhões de pessoas, ou 53% da população total brasileira, conforme a Pesquisa Cetelem Ipsos 2010.

Apesar da desaceleração da economia nos dois últimos anos, a Companhia vem apresentando crescimento sustentável.

Nossa perspectiva, é que o varejo de bens duráveis para esta classe C é o segmento com um dos maiores potenciais de crescimento no setor de varejo para os próximos anos, em vista dos seguintes fatores: (i) as condições macroeconômicas no Brasil, combinadas com programas sociais de transferência de renda, que são favoráveis ao crescimento da renda e do poder de compra deste segmento; (ii) a Classe C tem um perfil mais jovem, fazendo com que parte significativa destes consumidores esteja prestes a ingressar no mercado de trabalho e assim deverão se manter economicamente ativos por mais tempo, fenômeno também conhecido como “bônus demográfico”; (iii) a baixa penetração de bens duráveis nos domicílios da Classe C, o que gera demanda reprimida por tais bens; (iv) o crescente acesso da Classe C à Internet, o que possibilita um maior volume de compras por meios eletrônicos; (v) a queda da taxa de desemprego; e (vi) paralelamente a queda das taxas de juros e aumento da renda média do brasileiro. Fatores estes que tem estimulado o consumo das famílias.

(b) Variações das receitas atribuíveis às modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Historicamente, temos sido capazes de repassar para nossos clientes variações positivas ou negativas nos custos de nossas mercadorias. Tais variações podem ser causadas por mudanças na legislação tributária que afetem um ou mais setores em que atuamos, assim como pelas oscilações na taxa de câmbio ou na taxa de juros. Muitos produtos que comercializamos, especialmente nas linhas de eletro eletrônicos e informática, são fabricados localmente, mas possuem diversos componentes importados de forma que seus custos variam significativamente com a variação do câmbio.



magazineluiza
vem ser feliz



As rápidas inovações tecnológicas também têm provocado alterações nos preços de nossos produtos. Por um lado, os produtos eletro eletrônicos estão cada vez mais baratos para nós e para nossos clientes, em função das inovações tecnológicas e dos ganhos de escala, decorrentes da produção de volumes maiores. Por outro lado, os lançamentos de produtos têm sido mais frequentes e com funcionalidades cada vez mais atraentes para nossos consumidores, estimulando muitas vezes a compra de produtos mais caros e sofisticados.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros nos resultados operacional e financeiro do emissor:

Nossos negócios são afetados diretamente pelas condições econômicas gerais no Brasil. Alterações nas taxas de juros de longo e curto prazo, taxa de desemprego e dos níveis gerais de preços poderão reduzir a disponibilidade de crédito, a renda e o poder de compra do nosso público alvo, afetando adversamente sua confiança nas condições econômicas futuras no Brasil, sua propensão a consumir e sua capacidade de adimplência.

	31 de dezembro de		
	2012	2011	2010
Crescimento do PIB (%) ⁽¹⁾	0,9%	2,7%	7,5%
Inflação (IGP-M) (%) ⁽²⁾	7,8%	5,1%	11,3%
Inflação (IPCA) (%) ⁽³⁾	5,8%	6,5%	5,9%
CDI ⁽¹⁾ (%) ⁽⁴⁾	8,4%	11,7%	10,0%
TJLP (%) ⁽⁵⁾	5,8%	6,0%	6,0%
Taxa SELIC (%) ⁽⁶⁾	8,5%	11,0%	10,8%
Valorização (desvalorização) do real perante o dólar (%)	8,9%	12,6%	(4,3%)
Taxa de câmbio (fechamento) - R\$ por US\$1,00 ⁽⁷⁾	2,0	1,9	1,7
Taxa média de câmbio - R\$ por US\$1,00 ⁽⁸⁾	2,0	1,7	1,8

Fontes: BNDES, Banco Central, FGV, IBGE e Economática

⁽¹⁾ Fonte: Banco Central

⁽²⁾ inflação (IGP-M) é um Índice Geral de Preços – Mercado, medido pela FGV.

⁽³⁾ A inflação (IPCA) é um Índice de Preços ao Consumidor - Amplo, medido pela IBGE.

⁽⁴⁾ O certificado de depósito interbancário, ou CDI, é a taxa média dos depósitos interbancários no Brasil (ao fim de cada período e ano).

⁽⁵⁾ Taxa de juros de longo prazo exigida pelo BNDES para financiamentos de longo prazo (dados do fim dos períodos).

⁽⁶⁾ Taxa média ajustada e ponderada das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais e cursadas sistema SELIC ou em câmaras de compensação e liquidação de ativos, na forma de operações compromissadas (dados do fim dos períodos). Fonte: Banco Central.

⁽⁷⁾ Taxas de câmbio (para venda) do último dia de cada mês, durante o período. Fonte: Banco Central.

⁽⁸⁾ Média das taxas de câmbio (para venda) do último dia de cada mês, durante o período. Fonte: Banco Central.



magazineluiza
vem ser feliz



Acreditamos que pequenas variações nos índices de inflação são repassadas para nossos clientes, embora, nas negociações com nossos fornecedores, buscamos sempre o menor custo possível, respeitando os princípios de nossa relação comercial. Um aumento significativo na inflação poderia afetar nossos negócios na medida em que a inflação corrompa o poder de consumo da população e reduza o nível de confiança das pessoas, diminuindo sua propensão marginal a consumir. Por outro lado, a redução na inflação poderia aumentar ainda mais o poder de consumo das classes mais pobres, com reflexos positivos no consumo dos nossos produtos.

De forma similar, pequenas variações na taxa de câmbio são repassadas para os preços de nossos produtos. A variação cambial afeta os custos de grande parte de nossos fornecedores, de acordo com o grau de nacionalização de cada produto. Um aumento significativo do dólar norte americano encareceria os produtos eletro eletrônicos, com efeito negativo sobre sua demanda. Por outro lado, uma redução do dólar norte americano tornaria esses produtos ainda mais baratos, estimulando ainda mais suas vendas.

A variação nos preços de alguns insumos pode afetar de forma relevante os custos de nossos fornecedores e, conseqüentemente, os preços para nossos clientes. Como vendemos milhares de produtos, fabricados por centenas de fornecedores em diversos segmentos de atuação, acreditamos que nossa exposição à variação de um único insumo seja bastante reduzida.

Finalmente, a taxa de juros da economia tem uma elevada influência nos nossos resultados. Um aumento na taxa de juros poderia desaquecer o consumo como um todo, afetando as nossas receitas com revenda de mercadorias. Por outro lado, nossas receitas de operações de crédito poderiam aumentar, na medida em que possamos repassar o aumento da taxa de juros para nossos clientes. Nesse cenário, nossas despesas financeiras também seriam afetadas negativamente, principalmente nas operações de varejo, tipicamente alavancadas por capital de terceiros. O custo das operações de crédito, oriundos das captações via depósitos inter-financeiros na Luizacred, também seriam adversamente afetados. Por outro lado, uma redução nos juros básicos da economia estimularia o consumo e reduziria nossas despesas de intermediação financeira e juros de empréstimos bancários.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados:

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional:

Não introduzimos ou alienamos qualquer segmento operacional durante os três últimos exercícios sociais.



magazineluiza
vem ser feliz



(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

- Aquisição das lojas do Baú da Felicidade

O Magazine Luiza concluiu em 29 de julho de 2011 a aquisição das ações da New-Utd Utilidades Domésticas S.A., empresa criada pelo Grupo Silvio Santos. A New-Utd tinha como ativos 121 lojas da rede de varejo Baú da Felicidade, localizadas nos estados do Paraná, São Paulo e Minas Gerais, os respectivos contratos de locação, móveis, equipamentos e instalações das lojas, bem como os sistemas de informática e a base de clientes. O valor final da aquisição foi de R\$80,3 milhões, integralmente pagos no dia 29 de julho de 2011. A Companhia concluiu o plano de transição das lojas do Baú, convertendo 35 lojas no formato virtual e 69 lojas no formato convencional. Adicionalmente, 4 lojas eram adjacentes às lojas existentes do Magazine Luiza e foram integradas, de forma que apenas 13 lojas foram alienadas.

A aquisição das Lojas do Baú teve principalmente dois objetivos estratégicos: (i) aumentar a presença nos estados de São Paulo e Paraná e (ii) expandir o canal virtual através da inauguração de mais de 30 lojas virtuais. A Companhia encerrou o ano de 2012 com 106 lojas virtuais, demonstrando o seu comprometimento em investir na multi-canalidade.

- Aquisição das Lojas Maia

Em 16 de julho de 2010, adquirimos por R\$98,3 milhões a sociedade F.S. Vasconcelos & Cia. Ltda. (Lojas Maia), que compreendia 136 lojas, espalhadas pelos nove Estados da região Nordeste do Brasil. A aquisição foi estratégica para nós, pois tínhamos como objetivo ingressar no mercado nordestino, cujos índices de crescimento são os maiores no país, bem como poderíamos aproveitar uma forte sinergia para estas unidades adquiridas, principalmente com relação à nossa estratégia comercial e de crédito.

Os primeiros resultados de nossos esforços de integração da Lojas Maia já se refletiram no seu faturamento, que cresceu 35,9%, ou R\$172,3 milhões, passando de R\$479,6 milhões no exercício social encerrado em 2009 para R\$651,9 milhões no exercício social encerrado em 2010, sendo que R\$328,0 milhões foram incorporados ao nosso faturamento consolidado, a partir de agosto de 2010.

Os próximos passos da integração da Lojas Maia incluem a reforma de diversas lojas, a mudança da marca para Magazine Luiza, a implementação de toda nossa política comercial, incluindo a gestão de estoques e nossa política de preços, e finalmente a integração completa dos sistemas de informação.



magazineluiza
vem ser feliz



- Acordo de Associação Luizacred

Em dezembro de 2010, celebramos com o Itaú Unibanco um aditivo ao Acordo de Associação da Luizacred, por meio do qual a nossa subsidiária pagou à Lojas Maia o montante de R\$160,0 milhões pelo direito de exclusividade para a oferta de produtos e serviços financeiros. No início de 2011, conforme o mesmo aditivo, os sócios aumentaram o capital da Luizacred no mesmo montante, cabendo ao Magazine Luiza o aporte de R\$80,0 milhões. Esses recursos foram utilizados pela Luizacred para reduzir a captação via depósitos interfinanceiros, feita especificamente para o pagamento à Lojas Maia. A transação foi reconhecida contabilmente na Lojas Maia como receita diferida, e na Luizacred como ativo intangível, que serão amortizados ao longo de 19 anos.

Em 2011, celebramos com o Itaú Unibanco mais um aditivo ao Acordo de Associação da Luizacred, desta vez para contemplar as lojas adquiridas do Baú, por meio do qual a nossa subsidiária Luizacred pagou o montante de R\$48,0 milhões pelo direito de exclusividade para a oferta de produtos e serviços financeiros nas suas lojas.

Em 25 de fevereiro de 2013, assinamos um aditivo ao acordo de associação da Luizacred para transferir as atividades de gestão e emissão do cartão de crédito co-branded (Cartão Luiza), bem como seus ativos e passivos correspondentes, para o Itaú Unibanco. O Magazine Luiza e o Itaú Unibanco, parceiros na joint venture Luizacred desde 2001, acordaram que o Magazine Luiza vai continuar recebendo 50% dos resultados da Luizacred por meio de equivalência patrimonial e 50% do cartão co-branded por meio de participação sobre os resultados ("profit sharing"). O crédito direto ao consumidor (CDC) e os empréstimos pessoais continuarão sendo executados pela Luizacred dentro do acordo existente com o Itaú Unibanco. Este aditivo também mantém os princípios gerais de governança da Luizacred e do Cartão Luiza, bem como seu direito de exclusividade até 2029.

- Acordo de Associação Luizaseg

Em 21 de junho de 2012, firmamos um novo acordo operacional ("Novo Acordo") com a Cardif do Brasil, visando a continuidade dos direitos e obrigações previstos no acordo operacional celebrado entre a Companhia e a Cardif em 13 de dezembro de 2005 ("Acordo Operacional"). O Novo Acordo deve vigorar até 31 de dezembro de 2015 e altera alguns termos e condições do Acordo Operacional.

A título de esclarecimento, o Magazine Luiza e a Cardif celebraram o Acordo Operacional, tendo por objeto o desenvolvimento, comércio e administração de qualquer tipo de produto de seguro vendido no Brasil nos estabelecimentos, portais na internet e central de vendas por telefone operadas pelo Magazine Luiza, incluindo, porém não limitado a, seguro do credor sobre créditos ao consumidor (morte, invalidez, incapacidade física e desemprego), proteção individual vendida através de telemarketing ou diretamente nos estabelecimentos comerciais do Magazine Luiza,



magazineluiza
vem ser feliz



proteção em grupo vendida aos funcionários do Magazine Luiza, excetuando-se produtos de seguro relacionados a empréstimos pessoais e garantias estendidas.

Como decorrência do Novo Acordo e em contrapartida a referida contratação da Cardif com exclusividade pelo Magazine Luiza e pela Luizacred S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ("Luizacred"), nos termos do Novo Acordo, a Cardif pagou ao Magazine Luiza montante de R\$80,0 milhões, sendo que desse montante, R\$30,0 milhões foram repassados pelo Magazine Luiza à Luizacred. Parte dos valores recebidos pelo Magazine Luiza e pela Luizacred (correspondentes a R\$ 15,0 milhões para cada sociedade) estão vinculados ao desempenho futuro de venda de produtos de seguro pelo Magazine Luiza. Adicionalmente, caso determinadas metas de vendas de produtos de seguro sejam superadas, o Magazine Luiza poderá receber um valor de até R\$ 40,0 milhões a partir do final de 2013.

Além dos montantes referidos acima, a Cardif continua a efetuar os pagamentos mensais de comissões ao Magazine Luiza e à Luizacred pela distribuição de seus produtos.

- (c) Eventos ou operações não usuais:

Não aplicável, uma vez que não tivemos nenhuma operação ou evento não usual.

10.4. Os diretores devem comentar sobre:

- (a) Mudanças significativas nas práticas contábeis:

Elaboramos as nossas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards – "IFRS") emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (International Accounting Standards Board – "IASB"), e as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Elaboramos nossas demonstrações financeiras individuais da controladora de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais contemplam os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), estão substancialmente convergidas as IFRS, uma vez que estes pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos em consonância com as IFRS. As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo



magazineluiza
vem ser feliz



com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme os IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Não houve alterações significativas de práticas contábeis desde o último exercício.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Item não aplicável

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O Auditor independente emitiu seu relatório com parágrafo de ênfase quanto a preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRS seria custo ou valor justo. A opinião dos auditores independentes não é ressalvada em função deste assunto.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas este exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos posteriores se a revisão afetar os resultados futuros.



magazineluiza
vem ser feliz



De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, resumizamos as principais práticas contábeis, conforme a opinião de nossos administradores.

Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de devoluções, abatimentos e impostos sobre vendas, quando transferimos ao comprador os riscos e os benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos; não existe envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade, nem controle efetivo sobre tais produtos; o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para nós; os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade. As devoluções e descontos podem divergir de nossas estimativas impactando o resultado.

Ajuste a valor presente

Os elementos integrantes do ativo e do passivo, decorrentes de operações de longo ou de curto prazos, quando houver efeito relevante, são ajustados a valor presente com base na taxa de desconto que reflete as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos dos passivos e expectativas do ativo em suas datas originais.

Instrumentos financeiros derivativos

Possuímos diversos instrumentos financeiros derivativos para gerenciar nossa exposição ao risco de variação cambial, representado basicamente por taxa de juros e “swap” de moedas.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e, posteriormente, são avaliados ao seu valor justo no final de cada exercício ou período de relatório. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, pois os mesmos não são designados como instrumento efetivo de “hedge”.

Provisão para créditos de liquidação de duvidosa

O critério de constituição da provisão leva em consideração, para as atividades de varejo, o percentual de recuperação histórica dos valores a receber que se encontram vencidos e o índice de inadimplência sobre os saldos a vencer.



magazineluiza
vem ser feliz



Para as atividades financeiras, aplicáveis a Luizacred, a constituição da provisão leva em consideração inadimplência nos pagamentos do principal ou juros, dificuldades financeiras do devedor e outras evidências objetivas que resultem em deterioração na posição financeira do devedor, por exemplo, índice patrimonial, porcentagem da receita líquida de vendas ou outros indicadores capturados pelos sistemas utilizados para monitorar créditos, violação de cláusulas ou termos de empréstimos pessoais.

Reduções ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

No fim de cada exercício, a Administração da Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos não serão recuperáveis pelas operações ou por sua alienação. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo para cada unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence é estimado com a finalidade de mensurar o montante de perda, se houver. O valor da perda, se aplicável, é registrado como redutora do ativo. A determinação do fluxo de caixa descontado envolve estimativas e suposições efetuadas pela Administração.

Reduções ao valor recuperável do ágio

O ágio que foi alocado a cada unidade geradora de caixa é submetido anualmente a uma avaliação de sua recuperação ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma unidade geradora de caixa apresente performance abaixo do esperado. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil somado ao ágio a ela alocado, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada na redução do ágio alocado à unidade e posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um desses ativos. Qualquer perda no valor de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício em que ocorreu sua identificação, a qual não é revertida em períodos subsequentes, mesmo que os fatores que levaram ao seu registro deixem de existir. Na alienação ou baixa de uma subsidiária, o respectivo ágio é incluído na determinação do lucro ou perda da operação.

Provisões contingentes adquiridas em uma combinação de negócios

Os passivos contingentes conhecidos e adquiridos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo valor justo na data da aquisição. No encerramento do exercício, esses passivos contingentes são mensurados pelo maior entre o valor que seria reconhecido de acordo com o IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (equivalente ao CPC 25) e o valor inicialmente reconhecido deduzido da amortização acumulada, reconhecida de acordo com o IAS 18 - Receita (equivalente ao CPC 30).



magazineluiza
vem ser feliz



Na determinação do valor justo dos passivos contingentes, utilizamos certos julgamentos e estimativas e o resultado atual dos passivos contingentes podem ser diferentes de nossa estimativa.

Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações ou riscos presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício ou período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Provisão para riscos tributarias, cíveis e trabalhistas

Somos parte de diversas autuações, reclamações e processos administrativos. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas autuações e processos administrativos são determinados com base na opinião legal de nossos assessores jurídicos e de acordo com a avaliação da Administração na data base de cada balanço, para os riscos considerados prováveis de perda. A probabilidade de perda é acessada com base em evidências disponíveis, a hierarquia de leis, jurisprudências e decisões mais recentes dos tribunais, e sua relevância com o sistema legal, e a avaliação efetuada por nossos assessores jurídicos terceirizados.

Provisões técnicas de seguros

Reconhecemos provisão técnica de seguros denominadas: Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG); Provisão para Riscos Vigentes e não Emitidos (PPNG-RVNE); Provisão para Insuficiência de Prêmios (PIP); Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL); Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR) baseadas na estimativas da administração e em premissas atuarias específicas para os seguros da Companhia. Os sinistros reais futuros podem ser maior ou menor do que os considerados pelas presunções e estimativas.



magazineluiza
vem ser feliz



Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto sobre a renda e a contribuição social diferidos (“imposto diferido”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício ou período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração da base tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável, sendo calculados em cada empresa componente da Companhia com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial de outros ativos e passivos (exceto para combinação de negócios) em uma transação que não afete a base tributável ou o lucro contábil.

A probabilidade de recuperação do saldo de impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício ou período de relatório e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Preparamos projeções futuras de lucro, as quais são aprovadas pelo Conselho de Administração, com o objetivo de mensurar o potencial de geração de lucro tributável futuro que suporte a realização do imposto de renda e contribuição social registrados em nossas demonstrações financeiras. Na preparação de tais projeções utilizamos várias premissas e julgamentos. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas.

Vida útil de ativos de longa duração

Reconhecemos a depreciação dos ativos de longa duração com base em vida útil estimada, que é baseada nas suas práticas e experiência prévia e refletem a vida econômica desses ativos. Entretanto, as vidas úteis reais de cada unidade podem variar em decorrência de diversos fatores. As vidas úteis de ativos de longa duração também afetam os testes de recuperação de seu custo.

Provisão para perdas dos estoques

A provisão para perdas nos estoques é estimada com base no histórico de perdas identificadas no inventário físico de lojas e centrais de distribuição, e é considerada suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas quando da realização dos procedimentos de inventário físico.



magazineluiza
vem ser feliz



Provisão para desvalorização dos estoques

A desvalorização dos saldos dos estoques é ocasionada basicamente por itens vendidos abaixo do preço de aquisição, em grande parte pelas liquidações. A Companhia estima o valor da provisão para desvalorização dos estoques com base nos preços de venda a serem praticados, líquidos dos impostos e das despesas com vendas, comparados com o custo registrado.

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

- (a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os nossos Diretores acreditam que os procedimentos internos e sistemas de elaboração de demonstrações financeiras são suficientes para assegurar a eficiência, precisão e confiabilidade, não tendo sido detectadas imperfeições em nossos controles internos. A partir de junho de 2010, implementamos o sistema financeiro corporativo (ERP) da Oracle, que tem nos permitido maior segurança, velocidade e qualidade das informações.

- (b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Nossos auditores não realizaram suas auditorias com o objetivo de opinar sobre os controles internos, mas apenas para opinar sobre as nossas demonstrações financeiras. No entanto, no contexto de suas auditorias sobre nossas demonstrações financeiras, nossos auditores podem identificar pontos de melhoria de nossos controles internos, que quando identificados nos são comunicados.

Na avaliação da Administração nenhum dos pontos identificados pelos auditores independentes se configura como uma deficiência significativa do sistema contábil e de controles internos.



magazineluiza
vem ser feliz



10.7. Caso a Companhia tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

(a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados:

No dia 02 de Maio de 2011, o Magazine Luiza deu mais um passo muito importante em sua trajetória de crescimento, realizando a oferta pública inicial de ações (IPO). A Companhia listou suas ações no Novo Mercado da BM&FBovespa e mantém o firme compromisso de operar de acordo com as melhores práticas de governança corporativa.

O valor total da Oferta de Ações foi de R\$886,4 milhões, sendo R\$583,9 milhões na distribuição primária e R\$302,5 milhões na distribuição secundária. O aumento de capital, líquido das despesas da Oferta, totalizou R\$563,5 milhões.

Os recursos captados foram destinados conforme a proposta divulgada no Prospecto da distribuição, sendo distribuída da seguinte forma: (i) 30% em reforço de capital de giro e redução de endividamento, principalmente em relação ao reforço de capital de giro nas Lojas Maia e lojas do Baú; (ii) 30% investidos na aquisição das 100 lojas do Baú e aberturas de 18 novas lojas no Magazine Luiza e outras 6 lojas na região Nordeste; (iii) 20% investidos em reformas de 50 lojas do Magazine Luiza, 39 lojas no Nordeste e 35 lojas do Baú; e (iv) 20% investidos em tecnologia e logística, alocados principalmente na ampliação do depósito de Louveira, criação do *cross-docking* em Guarulhos e investimento na frota própria de veículos para a Grande São Paulo.

(b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição:

Não aplicável, uma vez que os recursos foram utilizados conforme a proposta divulgada no Prospecto da distribuição.

(c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, uma vez que os recursos foram utilizados conforme a proposta divulgada no Prospecto da distribuição.

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando:

(a) Descrição dos ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem em nosso balanço patrimonial (off balance sheet itens), tais como:

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;



magazineluiza
vem ser feliz



- (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;
 - (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;
 - (iv) contratos de construção não terminada; e
 - (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.
- (b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não detemos outros itens que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.



magazineluiza
vem ser feliz



10.9. Com relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

(a) Como tais itens alteram ou poderão alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor:

Não detemos itens que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não detemos itens que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não detemos itens que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:

(a) Investimentos, incluindo:

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

Os investimentos em ativo imobilizado e intangível saíram de R\$210,2 milhões em 2011 para R\$174,9 milhões em 2012. Esses investimentos incluem reformas de lojas existentes, bem como investimentos em tecnologia, logística e lojas novas. Em 2012, inauguramos organicamente 22 lojas novas, destativamos 7 lojas existentes e iniciamos os investimentos em outras 12 lojas novas que serão abertas ao longo de 2013. Outros investimentos no ano incluem a conclusão da ampliação do centro de distribuição de Louveira e outros investimentos em logística.

A Companhia deverá continuar investindo em projetos de infraestrutura, notadamente logística e tecnologia, e não prevê aquisições de outras redes de lojas. A Companhia está concluindo a expansão do centro de distribuição em Louveira, tem reforçado seus sistemas de tecnologia para absorver as redes adquiridas, e recentemente duplicou a hospedagem do seu banco de dados em Franca e São Paulo com o objetivo de aumentar a segurança das informações. Os investimentos totais planejados para 2013 estão orçados em R\$150,0 milhões, considerando a abertura de novas lojas (entre 20-25 lojas) e as reformas (entre 50-60 lojas), incluindo o Nordeste.



magazineluiza
vem ser feliz



(ii) Fontes de financiamento dos investimentos:

Nossos investimentos são suportados principalmente pela nossa geração de caixa e, sempre que necessário, por meio de empréstimos e financiamentos junto a terceiros.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos:

Não temos desinvestimentos relevantes em andamento ou previsão de realizá-los.

(b) Aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia:

Segundo os nossos Diretores, não foram adquiridas quaisquer plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar materialmente a nossa capacidade produtiva.

(c) Novos produtos e serviços, indicando:

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas:

Não aplicável, vez que não possuímos pesquisas em andamento já divulgadas.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

Não aplicável, vez que não possuímos gastos para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados:

Não aplicável, vez que não possuímos projetos em desenvolvimento já divulgados.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

Não aplicável, vez que não possuímos pesquisas de novos produtos e serviços.

10.11. Comentários sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.



magazineluiza
vem ser feliz



ANEXO II

Itens 12.6 a 12.10 do Anexo 24 da IN/CVM 480

12.6. Em relação a cada um dos Administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, indicar, em forma de tabela: nome, idade, profissão, CPF ou número do passaporte, cargo eletivo ocupado, data de eleição, data da posse, prazo do mandato, outros cargos ou funções exercidos no emissor, indicação se foi eleito pelo controlador ou não;

JOAQUIM FRANCISCO DE CASTRO NETO

Idade: 69 anos

Profissão: Administrador de empresas

CPF: 026.491.797-91

Cargo Eletivo Ocupado: Presidente do Conselho de Administração

Órgão: Conselho de Administração

Data de Eleição: 30/04/2012

Data de Posse: 30/04/2012

Prazo de Mandato: Até a posse dos novos membros do Conselho de Administração eleitos na AGO 2013

Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Não há

Foi eleito pelo Controlador: Sim

LUIZA HELENA TRAJANO INÁCIO RODRIGUES

Idade: 64 anos

Profissão: Empresária

CPF: 052.571.868-02

Cargo Eletivo Ocupado: Vice-Presidente do Conselho de Administração

Órgão: Conselho de Administração

Data de Eleição: 30/04/2012

Data de Posse: 30/04/2012

Prazo de Mandato: Até a posse dos novos membros do Conselho de Administração eleitos na AGO 2013

Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Diretora Presidente

Foi eleito pelo Controlador: Sim

ONOFRE DE PAULA TRAJANO

Idade: 76 anos

Profissão: Advogado e Empresário

CPF: 026.538.268-87

Cargo Eletivo Ocupado: Conselheiro de Administração (Efetivo)

Órgão: Conselho de Administração



magazineluiza
vem ser feliz



Data de Eleição: 30/04/2012.

Data de Posse: 30/04/2012

Prazo de Mandato: Até a posse dos novos membros do Conselho de Administração eleitos na AGO 2013

Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Não há.

Foi eleito pelo Controlador: Sim.

JOSÉ ANTÔNIO PALAMONI

Idade: 75 anos

Profissão: Contador

CPF: 122.456.288-70

Cargo Eletivo Ocupado: Conselheiro de Administração (Efetivo)

Órgão: Conselho de Administração

Data de Eleição: 30/04/2012.

Data de Posse: 30/04/2012

Prazo de Mandato: Até a posse dos novos membros do Conselho de Administração eleitos na AGO 2013

Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Membro do Comitê de Auditoria e Riscos.

Foi eleito pelo Controlador: Sim.

CARLOS RENATO DONZELLI

Idade: 43 anos

Profissão: Administrador

CPF: 084.142.238-93

Cargo Eletivo Ocupado: Conselheiro de Administração (Efetivo)

Órgão: Conselho de Administração

Data de Eleição: 30/04/2012

Data de Posse: 30/04/2012

Prazo de Mandato: Até a posse dos novos membros do Conselho de Administração eleitos na AGO 2013

Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Membro do Comitê de Auditoria e Riscos e do Comitê de Finanças

Foi eleito pelo Controlador: Sim

INÊS CORRÊA DE SOUZA

Idade: 62 anos

Profissão: Administradora

CPF: 299.870.677-00

Cargo Eletivo Ocupado: Conselheira Independente

Órgão: Conselho de Administração



magazineluiza
vem ser feliz



Data de Eleição: 30/04/2012

Data de Posse: 30/04/2012

Prazo de Mandato: Até a posse dos novos membros do Conselho de Administração eleitos na AGO 2013

Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Membro de Comitê de Finanças.

Foi eleito pelo Controlador: Sim.

INOCÊNCIO AGOSTINHO TEIXEIRA BAPTISTA PINHEIRO

Idade: 71 anos

Profissão: Advogado

CPF: 108.145.668-04

Cargo Eletivo Ocupado: Membro e Presidente do Conselho Fiscal

Órgão: Conselho Fiscal

Data de Eleição: 30/04/2012

Data de Posse: 30/05/2012

Prazo de Mandato: até a data da realização da Assembleia Geral Ordinária que examinar as contas do exercício social findo em 31/12/2012.

Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Não há.

Foi eleito pelo Controlador: Sim.

FABRÍCIO GOMES

Idade: 30 anos

Profissão: Administrador de Empresas

CPF: 226.190.198-42

Cargo Eletivo Ocupado: Membro do Conselho Fiscal

Órgão: Conselho Fiscal

Data de Eleição: 30/04/2012

Data de Posse: 30/05/2012

Prazo de Mandato: até a data da realização da Assembleia Geral Ordinária que examinar as contas do exercício social findo em 31/12/2012

Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Não há.

Foi eleito pelo Controlador: Sim.

MAURO MARANGONI

Idade: 64 anos

Profissão: Advogado

CPF: 541.922.008-30

Cargo Eletivo Ocupado: Membro suplente do Conselho Fiscal

Órgão: Conselho Fiscal

Data de Eleição: 30/04/2012

Data de Posse: 30/05/2012



magazineluiza
vem ser feliz



Prazo de Mandato: até a data da realização da Assembleia Geral Ordinária que examinar as contas do exercício social findo em 31/12/2012

Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Não há.

Foi eleito pelo Controlador: Sim.

ROBINSON LEONARDO NOGUEIRA

Idade: 36 anos

Profissão: Administrador de Empresas

CPF: 201.470.788-06

Cargo Eletivo Ocupado: Membro suplente do Conselho Fiscal

Órgão: Conselho Fiscal

Data de Eleição: 30/04/2012

Data de Posse: 30/05/2012

Prazo de Mandato: até a data da realização da Assembleia Geral Ordinária que examinar as contas do exercício social findo em 31/12/2012

Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Não há.

Foi eleito pelo Controlador: Sim.

ARY JOEL DE ABREU LANZARIN

Idade: 55 anos

Profissão: Economiário

CPF: 241.771.309-82

Cargo Eletivo Ocupado: Membro efetivo do Conselho Fiscal até 17/01/2013, data em que renunciou ao cargo.

Órgão: Conselho Fiscal

Data de Eleição: 30/04/2012

Data de Posse: 30/05/2012

Prazo de Mandato: até 17/01/2013 (data da renúncia)

Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Não há.

Foi eleito pelo Controlador: Não.

ANTÔNIO HÉLIO GOZZI

Idade: 60 anos

Profissão: Economiário

CPF: 437.249.578-15

Cargo Eletivo Ocupado: Membro suplente do Conselho Fiscal até 20/01/2013, nomeado membro efetivo no dia 21/01/2013, em substituição ao conselheiro Ary Joel de Abreu Lanzarin, que renunciou ao cargo em 17/01/2013.

Órgão: Conselho Fiscal

Data de Eleição: 30/04/2012



magazineluiza
vem ser feliz



Data de Posse: 30/05/2012

Prazo de Mandato: até a data da realização da Assembleia Geral Ordinária que examinar as contas do exercício social findo em 31/12/2012

Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Não há.

Foi eleito pelo Controlador: Não.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Comitê de Auditoria e Riscos

JOSÉ ANTÔNIO PALAMONI

Idade: 75 anos

Profissão: Contador

CPF: 122.456.288-70

Cargo Eletivo Ocupado: Membro do Comitê de Auditoria e Riscos

Órgão: Comitê de Auditoria e Riscos

Data de Eleição: 22/03/2012

Data de Posse: 22/03/2012

Prazo de Mandato: Até a posse dos novos membros do Comitê de Auditoria e Riscos eleitos em 2013

Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Conselheiro de Administração

Foi eleito pelo Controlador: Sim.

CARLOS RENATO DONZELLI

Idade: 43 anos

Profissão: Administrador

CPF: 084.142.238-93

Cargo Eletivo Ocupado: Membro do Comitê de Auditoria e Riscos

Órgão: Comitê de Auditoria e Riscos

Data de Eleição: 22/03/2012

Data de Posse: 22/03/2012

Prazo de Mandato: Até a posse dos novos membros do Comitê de Auditoria e Riscos eleitos em 2013.

Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Conselheiro de Administração e Membro do Comitê de Finanças.

Foi eleito pelo Controlador: Sim.



magazineluiza
vem ser feliz



TAIKI HIRASHIMA

Idade: 72 anos

Profissão: Auditor Independente

CPF: 007.568.818-20

Cargo Eletivo Ocupado: Membro do Comitê de Auditoria e Riscos

Órgão: Comitê de Auditoria e Riscos

Data de Eleição: 22/03/2012

Data de Posse: 22/03/2012

Prazo de Mandato: Até a posse dos novos membros do Comitê de Auditoria e Riscos eleitos em 2013

Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Não há.

Foi eleito pelo Controlador: Sim.

Comitê de Finanças

INÊS CORRÊA DE SOUZA

Idade: 62 anos

Profissão: Administradora

CPF: 299.870.677-00

Cargo Eletivo Ocupado: Membro do Comitê de Finanças

Órgão: Comitê de Finanças

Data de Eleição: 22/03/2012

Data de Posse: 22/03/2012

Prazo de Mandato: Até a posse dos novos membros do Comitê de Finanças eleitos em 2013

Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Conselheira de Administração.

Foi eleito pelo Controlador: Sim.

CARLOS RENATO DONZELLI

Idade: 43 anos

Profissão: Administrador

CPF: 084.142.238-93

Cargo Eletivo Ocupado: Membro do Comitê de Finanças

Órgão: Comitê de Finanças

Data de Eleição: 22/03/2012 **Data de Posse:** 22/03/2012

Prazo de Mandato: Até a posse dos novos membros do Comitê de Finanças eleitos em 2013

Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Conselheiro de Administração e Membro do Comitê de Auditoria e Riscos.

Foi eleito pelo Controlador: Sim.



magazineluiza
vem ser feliz



ROBERTO BELLÍSSIMO RODRIGUES

Idade: 37 anos

Profissão: Administrador

CPF: 251.674.028-08

Cargo Eletivo Ocupado: Membro do Comitê de Finanças

Órgão: Comitê de Finanças

Data de Eleição: 22/03/2012

Data de Posse: 22/03/2012

Prazo de Mandato: Até a posse dos novos membros do Comitê de Finanças eleitos em 2013

Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

Foi eleito pelo Controlador: Sim.

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal e membros do comitê de auditoria estatutário, fornecer:

- (a) currículo, contendo as seguintes informações: (I) principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa; cargo e funções inerentes ao cargo; atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor; (II) indicação de todos os cargos de Administração que ocupe ou tenha ocupado em Companhias abertas;

Conselho de Administração:

Joaquim Francisco De Castro Neto, graduou-se em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas e fez especialização em Administração de Vendas e em Marketing e Desenvolvimento de Novos Produtos pela IMEDE em Lausane, Suíça. Iniciou sua carreira atuando na área de investimentos no Banco Crefisul de Investimentos e BFL Crédito Financiamento e Investimento S.A. no período de 1967 a 1971, bem como no Multibanco Banco de Investimentos S.A. de 1971 a 1972, no Banco Nacional Brasileiro S.A. 1972 a 1973, no Bansulvest – Banco de Investimentos S.A. e Finansul Crédito financiamento e Investimento S.A. de 1973 a 1974 e no Unibanco União de Bancos Brasileiros S.A. de 1974 a 2008. Ocupou cargos executivos e de conselho no Unibanco Leasing S.A., no Banco Dibens, na Unicard, na Luizacred, no PontoCred, na Fininvest, na Asset Management, no Orbitall, Credicard e na Tecban. Foi membro do Conselho da Visa Latin American and Caribben, membro do Conselho de Administração da Prever S.A. e residente do Conselho de Administração da Redecard S.A.. É membro do Conselho de Administração da Companhia desde 2007 e, a partir de 2008, tornou-se presidente do Conselho de Administração da Companhia.



magazineluiza
vem ser feliz



Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues, Diretora Presidente do Magazine Luiza, graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Franca em 1972. É mãe de Frederico Trajano Inácio Rodrigues, hoje, Diretor de Vendas e Marketing na Companhia, sobrinha dos fundadores Luiza Trajano Donato, Pelegrino José Donato. Iniciou suas atividades profissionais em nossa Companhia, e passou por todos os departamentos do grupo: da cobrança à gerência, das vendas à direção comercial. Em 1991, assumiu o cargo de Superintendente, após participar da criação da holding que veio para profissionalizar as empresas e definir o processo sucessório do grupo e, posteriormente, assumiu a Presidência, cargo que ocupa desde 2009. Foi membro do Conselho Nacional da Gestão Pública (gestão 2007-2010) e, em 2008, passou a fazer parte do Conselho Superior Estratégico da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). No mesmo ano foi nomeada como membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), posição que lhe foi novamente atribuída em 2009. Assumiu também a Presidência do IDV (Instituto para Desenvolvimento do Varejo) para o biênio 2009-2010, e em 2011, foi eleita a vice-presidente. Faz parte do Conselho de Administração da Companhia desde a sua criação, em junho de 2005, sendo atualmente Vice-Presidente do Conselho. Em 2008, participou do Conselho de Administração da Sadia S.A. Atualmente, é também Presidente do Conselho de Administração da LuizaSeg Seguros S.A. e da LuizaCred S.A., tendo assumido os cargos em 2005 e 2002, respectivamente. Além disso, realiza trabalhos voluntários na "ONG – Franca Viva", entidade em que ela participou da fundação na Cidade de Franca e já realizou a formação de mais de 2 mil alunos em cursos de informática. Ocupa também uma das cinco vice-presidências do Conselho Diretor do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. Ela também é conferencista em diversos eventos, onde relata, entre outros assuntos, sua experiência em gestão de pessoas.

Onofre de Paula Trajano, formou-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Franca em 1967. Atua no Grupo Magazine Luiza, tendo atuado na MTG Administração Assessoria e Participações S/A – Holding Administrativa e Acionária, como Diretor Executivo; na LTD como Conselheiro e Diretor Executivo; na Luiza Administradora como Diretor Financeiro; na Castelo Empreendimentos Imobiliários Ltda. como Diretor Executivo; na Meta Veículos Ltda. como Diretor Executivo; na UBERVEL Uberaba Veículos e Peças Ltda. como Diretor Executivo; na Luiza Factoring como Diretor Executivo; na LuizaCred como Conselheiro suplente; na Luiza Participações como sócio e Diretor Executivo e atualmente na Companhia como membro do Conselho de Administração.

José Antônio Palamoni, formou-se como técnico contábil com curso de matemática financeira, liderança, gestão estratégica e tributária no Instituto Francano de Ensino em 1961. Iniciou suas atividades na Companhia em 1963, como contador. Atua, desde 1991, como Diretor Executivo do Grupo Luiza e participa ativamente do Conselho de Administração da holding dos acionistas.



magazineluiza
vem ser feliz



Carlos Renato Donzelli, formou-se como técnico em contabilidade pela Escola Estadual Torquato Caleiro em 1987; graduado em Administração de Empresas pela Faculdade de Ciência Econômicas, Contábeis e Administrativas de Franca - Facef em 1991; pós-graduado em Administração Financeira com ênfase em Auditoria e Marketing pelo Instituto Nacional de Pós-Graduação – FACEF/INPG em 1993; e mestre em Gestão Empresarial pela Faculdade de Ciência Econômicas, Contábeis e Administrativas de Franca - Facef em 2002. Iniciou seu trabalho na Luiza Factoring em 1995 e, em 1997, passou a gerenciar o departamento financeiro da Holding do Grupo – MTG Administração e Assessoria S/C Ltda. Atuou como gerente financeiro da Companhia em 2000 e, em seguida, assumiu a posição de Diretor Financeiro. Desde 2009, é membro do Conselho de Administração da Companhia.

Inês Corrêa de Souza, graduou-se em Administração pela Fundação Getúlio Vargas – FGV em 1972 e cursou o MBA Executivo em Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC em 1991. Iniciou sua carreira nas áreas de custos, orçamento e planejamento na General Eletric do Brasil AS entre 1973 e 1975. Trabalhou nas áreas de finanças e mercado de capitais na Companhia Vale do Rio Doce entre 1976 e 1999. Além disso, atuou em posições de destaque como Diretora de Operações no Banco UBS entre 1999 e 2004. É sócia fundadora na Latitude Gestão e Finanças, empresa que iniciou suas atividades em 2004. Foi membro da AIG Private Banking Advisory Board no Brasil dentre 2004 e 2007. Atualmente é membro independente do Conselho de Administração da Companhia, bem como da Manabi S.A. e da Manserv Investimentos e Participações S.A.

Conselho Fiscal:

Fabício Gomes, graduou-se em Administração pela Universidade Estadual Paulista – UNESP, em 2003, e em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Claretiano, em 2010. Cursa pós-graduação em Controladoria e Finanças na Universidade de São Paulo – USP. Trabalhou como gerente de auditoria na Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, no período de 2003 a 2010, onde desenvolveu trabalhos de auditoria de demonstrações financeiras (participação em ofertas públicas de valores mobiliários), controles internos, gestão de riscos e *compliance*. Atua, desde 2010, como gerente de gestão de riscos corporativos na MTG e, em 30 de abril de 2012, foi eleito membro do Conselho Fiscal da Companhia. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Inocêncio Agostinho Teixeira Baptista Pinheiro, graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Bauru, em 1966, e Técnico em Contabilidade pelo Colégio Comercial de Dois Corregos, em 1960. Mestre em Direito pela Universidade de Franca, em 2003. Sócio proprietário do escritório Advocacia Inocêncio Pinheiro e Amorim, que iniciou suas atividades em 1966. Foi Presidente do Conselho de Administração da ACEF S/A, mantenedora da Universidade de Franca e do Instituto Francano de Ensino Alto Padrão e, em 30 de abril de 2012, foi eleito membro do Conselho Fiscal da Companhia. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.



magazineluiza
vem ser feliz



Mauro Marangoni, graduou-se em Direito, pela Faculdade de Direito de Franca-SP, em 1986, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil sob nº 110.596. Iniciou suas atividades na MTG. Administração, Assessoria e Participações S/A, no ano de 1991, onde desenvolve seu trabalho nas áreas cível e imobiliária e, em 30 de abril de 2012, foi eleito membro do Conselho Fiscal da Companhia. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Robinson Leonardo Nogueira, graduou-se em Administração pela Universidade Luterana do Brasil, em 2011. Iniciou suas atividades na Holding MTG Adm. Assessoria e Participações S/A, em 2001, exercendo suas atividades no departamento de contabilidade, onde passou a responder por toda os assuntos voltados à contabilidade e tributário da empresa. Em 2005, assumiu a gestão de controles internos e gerenciais. Atualmente responde pela gestão financeira da Holding MTG e coligadas e, em 30 de abril de 2012, foi eleito membro do Conselho Fiscal da Companhia. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Ary Joel de Abreu Lanzarin, graduou-se em Gestão Executiva de Negócios pela Faculdade Cambury em 2.005. Atuou em posições de destaque como Superintendente Regional no Banco do Brasil entre 1995 e 2000. Foi membro do Conselho de Administração do SEBRAE entre 2000 e 2005. Desde 2000 é Superintendente Estadual do Banco do Brasil e, em 30 de abril de 2012, foi eleito membro do Conselho Fiscal da Companhia. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Antônio Hélio Gozzi, graduou-se em Direito pela Instituição Toledo de Ensino – ITE, em 1993, e cursou o MBA Executivo em Administração pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – FEAP em 1986. Atuou em posições de destaque como Superintendente Regional no Banco do Brasil entre 1999 e 2003. Além disso, atuou como Superintendente de Varejo na Companhia de Aliança do Brasil, ano de 2008. Foi membro do Conselho de Administração do SEBRAE entre 2004 e 2005. Desde 2008 é Gerente Executivo Administrativo e Financeiro da Cooperativa dos Cafeicultores da Media Sorocabana e, em 30 de abril de 2012, foi eleito membro do Conselho Fiscal da Companhia. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.



magazineluiza
vem ser feliz



- (b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Em janeiro de 2007, o Colegiado da CVM, em Processo Administrativo Sancionador (PAS nº 02/2003), instaurado para a apuração de responsabilidade dos administradores e do acionista controlador do Bompreço S.A. – Supermercados do Nordeste (“**Bompreço**”) e de eventos relacionados ao fechamento de capital do Bompreço e sua comunicação ao público, aplicou multa pecuniária ao Sr. Marcelo José Ferreira e Silva, no montante de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), sendo que o mesmo foi absolvido da acusação de infração aos artigos 117, parágrafo 2º, 153 e 154, *caput*, da LSA. O Sr. Marcelo José Ferreira e Silva é atualmente nosso Diretor Superintendente e, à época dos fatos e antes de ingressar na Companhia, exercia o cargo de Diretor de Relações com Investidores do Bompreço. O Sr. Marcelo José Ferreira e Silva interpôs recurso, com efeito suspensivo, perante o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, o qual foi conhecido, porém lhe foi negado provimento. Após a publicação do inteiro teor do Acórdão, o Sr. Marcelo José Ferreira e Silva ainda poderá interpor novo recurso perante o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional.

Em dezembro de 2010, o Colegiado da CVM, em Processo Administrativo Sancionador (PAS nº 18/2008), instaurado para a apuração de responsabilidades dos administradores da Sadia S.A. (“**Sadia**”), por eventuais irregularidades relacionadas às operações que envolviam instrumentos financeiros derivativos, aplicou multa pecuniária no montante de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) à Sra. Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues. A Sra. Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues é Vice-Presidente do nosso Conselho de Administração e Diretora Presidente e, à época dos fatos, também exercia o cargo de membro do Conselho de Administração da Sadia.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- (a) administradores do emissor:

A Diretora Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração, Sra. Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues, é mãe do Diretor de Vendas e *Marketing*, Sr. Frederico Trajano Inácio Rodrigues, e é sobrinha do Conselheiro Sr. Onofre de Paula Trajano.



magazineluiza
vem ser feliz



- (b) (i) administradores do emissor; e (ii) administradores de controladas diretas ou indiretas do emissor:

A Sra. Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues (membro do Conselho da Luizaseg e Presidente do Conselho da Luizacred) é mãe do Sr. Frederico Trajano Inácio Rodrigues (membro suplente do Conselho da Luizaseg) e é sobrinha do Sr. Onofre de Paula Trajano (diretor da Luiza Administradora de Consórcios e membro suplente do Conselho da Luizacred).

- (c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor:

Nosso Diretor Comercial, Sr. Fabrício Bittar Garcia, é irmão de Flávia Bittar Garcia e de Franco Bittar Garcia, que são titulares de ações da Companhia e sócios da Wagner Participações S.A., que também detém participação no Magazine Luiza S.A.

- (d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor:

Administrador do Emissor

<u>Nome do</u>	Luiza Helena		
<u>administrador</u>	Trajano Inácio Rodrigues	<u>CPF</u>	052.571.868-02

Nome empresarial do emissor ou controlada

<u>Nome</u>	Magazine Luiza S.A.	<u>CNPJ</u>	47.960.950/0001-21
-------------	---------------------	-------------	--------------------

Cargo Diretora Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

<u>Nome do</u>			
<u>administrador</u>	Onofre de Paula Trajano	<u>CPF:</u>	026.538.268-87

Nome empresarial do emissor ou controlada

<u>Nome</u>	LTD Administração e Participações S.A.	<u>CNPJ:</u>	66.117. 474/0001-26
-------------	--	--------------	---------------------

Cargo Diretor Executivo e membro do Conselho de Administração

Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada Sobrinha



magazineluiza
vem ser feliz



Administrador do Emissor

Nome do

administrador Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues CPF: 052.571.868-02

Nome empresarial do emissor ou controlada

Nome Magazine Luiza S.A. CNPJ: 47.960.950/0001-21

Cargo Diretora Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Nome do

administrador Onofre de Paula Trajano CPF: 026.538.268-87

Nome empresarial do emissor ou controlada

Nome Luiza Participações S.A. CNPJ: 00.835.086/0001-72

Tipo de parentesco com o administrador

do emissor ou controlada Sobrinha

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor; b) controlador direto ou indireto do emissor; c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

Exercício Social 31/12/2012

Administrador do emissor

Nome do Luiza Helena Trajano
administrador Inácio Rodrigues CPF 052.571.868-02

Cargo/Função
do Adm. Diretora Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Nome/nome
empresarial da pessoa Luiza Participações S.A.
relacionada

Tipo de Pessoa Pessoa Jurídica CNPJ: 00.835.086/0001-72



magazineluiza
vem ser feliz



<u>Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada</u>	Diretora Vice-Presidente e detentora de 52,63% do capital votante, e 50,00% do capital total da Luiza Participações S.A., nossa controladora indireta.
<u>Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada</u>	Controle
<u>Tipo de pessoa relacionada</u>	Controlador Indireto
<u>Observações</u>	Não há.

Exercício Social 31/12/2012

Administrador do emissor

<u>Nome do administrador</u>	Fabício Bittar Garcia	<u>CPF</u>	212.460.718-94
<u>Cargo/Função do Adm.</u>	Diretor Comercial		

Pessoa Relacionada

<u>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada</u>	Wagner Garcia Participações S.A.		
<u>Tipo de Pessoa</u>	Pessoa Jurídica	<u>CNPJ</u>	01.878.512/0001-18
<u>Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada</u>	Diretor Vice-Presidente e detentor de 33,33% das ações da Wagner Garcia Participações S.A., nossa controladora indireta.		
<u>Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada</u>	Controle		
<u>Tipo de pessoa relacionada</u>	Controlador Indireto		
<u>Observações</u>	Não há.		

Exercício Social 31/12/2012

Administrador do emissor

<u>Nome do administrador</u>	Onofre de Paula Trajano	<u>CPF</u>	026.538.268-87
<u>Cargo/Função do Adm.</u>	Membro do Conselho de Administração		

Pessoa Relacionada

<u>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada</u>	Luiza Participações S.A.		
<u>Tipo de Pessoa</u>	Pessoa Jurídica	<u>CNPJ</u>	01.878.512/0001-18
<u>Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada</u>	Diretor Presidente e detentor de 47,36% do capital votante e 50,00% do capital total da Luiza Participações S.A., nossa controladora indireta.		



magazineluiza
vem ser feliz



<u>Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada</u>	Controle
<u>Tipo de pessoa relacionada</u>	Controlador Indireto
<u>Observações</u>	Não há.

12.11. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções:

A Companhia contratou a apólice nº 1-10-4001240-0 de Seguro de Responsabilidade Civil para Administradores ("**D&O**"), com a Itaú Seguros S.A., vigente no período de 30/06/2012 a 30/06/2013..

O D&O abrange cobertura por responsabilidade civil, incluindo custos de defesa, retroativamente à data de sua assinatura, com limite máximo de garantia da apólice no valor de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais).



magazineluiza
vem ser feliz



ANEXO III

Item 13 do Formulário de Referência IN/CVM 480

13. Remuneração dos administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e não estatutária, do Conselho Fiscal, dos Comitês Estatutários e dos Comitês de Auditoria, de Risco, Financeiro e de Remuneração, abordando os seguintes aspectos:

(a) objetivos da política ou prática de remuneração:

A nossa política de remuneração para os nossos diretores estatutários e diretores não estatutários (em conjunto, "Administradores") tem como objetivo garantir e possibilitar oportunidades de desenvolvimento, o equilíbrio entre as metas da organização, a estratégia de nossos negócios e as práticas do mercado. Essa política visa a retribuição do desempenho de nossos Administradores, recompensando-lhes pelas metas alcançadas. Estabelecemos a nossa remuneração com base em pesquisas realizadas no mercado.

No Conselho de Administração, apenas nossos Conselheiros Independentes são remunerados em razão de sua participação nas reuniões do Conselho de Administração, portanto, nossa política de remuneração não é aplicável a esse órgão. Tal critério também é estendido aos membros dos comitês, visto que somente os membros independentes possuem remuneração em razão da participação nas reuniões dos comitês.

A política de remuneração do Conselho Fiscal, quando instalado, é definida pela Assembleia Geral que os elege, baseado no artigo 162, parágrafo 3º, da LSA.

(b) composição da remuneração, indicando:

(i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

A remuneração fixa e variável adotada, bem como as indicações de eventuais benefícios recebidos pelos nossos Administradores são aprovadas pelo nosso Conselho de Administração.



magazineluiza
vem ser feliz



Conselho de Administração:

Os membros do Conselho de Administração não possuem remuneração de qualquer natureza, com exceção dos Conselheiros Independentes, dos quais um Conselheiro tem remuneração fixa mensal de R\$10.000,00 (dez mil reais) e outro tem remuneração de R\$10.000,00 (dez mil reais), por reunião realizada.

Diretoria:

A remuneração dos diretores estatutários é composta por uma remuneração fixa, que reflete a responsabilidade do cargo ocupado e uma remuneração variável, um prêmio pelo desempenho pessoal. Adicionalmente, a critério do nosso Conselho de Administração, em 04/01/2012 foram outorgadas a eles opções de compra de ações de nossa emissão, cujas características da outorga estão descritas no item 13.4 desta seção. Além disso, nossos diretores recebem benefícios conforme prática de mercado como, por exemplo, carro, telefone, plano de saúde e vale refeição.

Conselho Fiscal:

Os membros do Conselho Fiscal recebem remuneração fixa, equivalente a, no mínimo, 10% da média atribuída a cada diretor, conforme determina o artigo 162, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404/76. Além da remuneração acima descrita, os membros do Conselho Fiscal, conforme prevê a legislação vigente, também são reembolsados, pela Companhia, de todas as despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho de suas funções.

Comitês:

Os membros do Comitê de Auditoria e Riscos e do Comitê de Finanças não possuem remuneração de qualquer natureza, com exceção dos membros independentes, dos quais um membro tem remuneração fixa mensal de R\$13.000,00 (treze mil reais) e outro tem remuneração de R\$10.000,00 (dez mil reais), por reunião realizada.

(ii) Qual a proporção de cada elemento na remuneração total:

Não há percentual pré-estabelecido para cada elemento na remuneração total.



magazineluiza
vem ser feliz



(iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

Não há metodologia específica de cálculo da remuneração. O reajuste da remuneração dos nossos Administradores se dá após a sua comparação com o mercado, quando fazemos pesquisas para avaliar a necessidade de eventual reajuste. Além disso, a remuneração dos Administradores recebe reajuste ordinário pela aplicação de percentual, definido anualmente, com base em comparativo que considera o dissídio coletivo da categoria aplicável aos empregados da Companhia.

(iv) Razões que justificam a composição da remuneração:

As razões que justificam a composição da remuneração são o incentivo para melhoria da nossa gestão e a retenção dos executivos, visando o ganho pelo compromisso de resultados de curto e longo prazos.

(c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

A remuneração variável dos Diretores Estatutários é estabelecida anualmente e está atrelada ao valor do nosso lucro líquido. No ano de 2013 foram estabelecidos critérios idênticos aos de 2012. O nosso Conselho de Administração não tinha direito à remuneração variável até 31 de dezembro de 2011. A partir de 04 de janeiro de 2012, a Companhia outorgou opções de compra de ações a 02 (dois) membros do Conselho de Administração.

(d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

A parcela variável de remuneração está vinculada ao resultado anual, que são pagos aos diretores a título de bônus, bem como ao valor de mercado da Companhia, em razão da outorga de opções de compra de suas ações. Metade da remuneração variável é atrelada ao desempenho da Companhia como um todo, baseando-se em seu lucro líquido. Nossos Administradores são avaliados anualmente.

(e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo:

A remuneração descrita acima procura incentivar os nossos Administradores a buscar maior rentabilidade aos nossos investimentos em projetos diversos.



magazineluiza
vem ser feliz



- (f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não há.

- (g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como alienação do nosso controle societário do emissor:

Não há.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração, da diretoria estatutária e do Conselho Fiscal:

Exercício Social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2013 (estimado) – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	06	06	03	15
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	240.000	8.100.000	405.000	8.745.000
Benefícios direto e indireto	Não há	300.000	Não há	300.000
Participações em comitês	276.000	Não há	Não há	276.000
Outros	Não há	Não há	Não há	Não há
Remuneração variável				
Bônus	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação de resultados	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação em reuniões	Não há	Não há	Não há	Não há
Comissões	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	Não há	Não há
Benefícios Pós-emprego	Não há	Não há	Não há	Não há
Benefícios motivados pela cessação exercício do cargo	Não há	Não há	Não há	Não há
Remuneração baseada em ações	186.515	2.633.485	Não há	2.820.000
Total da remuneração	702.515	11.033.485	405.000	12.141.000



magazineluiza
vem ser feliz



Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2012 – Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	06	06	03	15
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	120.000	6.056.957	157.500	6.334.457
Benefícios direto e indireto	Não há	263.336	Não há	263.336
Participações em comitês	Não há	Não há	Não há	206.000
Outros	Não há	Não há	Não há	Não há
Remuneração variável				
Bônus	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação de resultados	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação em reuniões	200.000	Não há	Não há	200.000
Comissões	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	Não há	Não há
Benefícios Pós-emprego	Não há	Não há	Não há	Não há
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Não há	Não há	Não há	Não há
Remuneração baseada em ações	186.515	2.633.485	Não há	2.820.000
Total da remuneração	506.515	8.953.778	157.500	9.617.793

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2011 – Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	06	06	Não há	12
Remuneração fixa anual				
			Não há	
Salário ou pró-labore	120.000	5.547.131	Não há	5.667.131
Benefícios direto e indireto	Não há	273.500	Não há	273.500
Participações em comitês	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	Não há	Não há



magazineluiza
vem ser feliz



Remuneração variável

Bônus	Não há	4.430.000	Não há	4.430.000
Participação de resultados	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação em reuniões	30.000	Não há	Não há	30.000
Comissões	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	Não há	Não há
Benefícios Pós-emprego	Não há	Não há	Não há	Não há
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Não há	Não há	Não há	Não há
Remuneração baseada em ações	Não há	Não há	Não há	Não há

Total da remuneração	150.000	10.250.631	Não há	10.400.631
-----------------------------	----------------	-------------------	---------------	-------------------

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2010 – Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	07	07	Não há	14
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	120.000	4.412.000	Não há	4.532.000
Benefícios direto e indireto	Não há	12.993	Não há	12.993
Participações em comitês	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	Não há	Não há
Remuneração variável				
Bônus	Não há	4.680.000	Não há	4.680.000
Participação de resultados	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação em reuniões	60.000	Não há	Não há	60.000
Comissões	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	Não há	Não há
Benefícios Pós-emprego	Não há	Não há	Não há	Não há
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Não há	Não há	Não há	Não há
Remuneração baseada em ações	Não há	Não há	Não há	Não há
Total da remuneração	180.000	9.104.993	Não há	9.284.993



magazineluiza
vem ser feliz



13.3. Remuneração variável do Conselho de Administração, da diretoria estatutária e do Conselho Fiscal:

Exercício Social a ser encerrado em 31 de dezembro 2013 (estimado) – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	06	06	03	15
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração:	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor máximo previsto no plano de remuneração:	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas:	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor efetivamente reconhecido no resultado:	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração:	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor máximo previsto no plano de remuneração:	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas:	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor efetivamente reconhecido no resultado:	Não há	Não há	Não há	Não há



magazineluiza
vem ser feliz



Exercício Social a ser encerrado em 31 de dezembro 2012 – Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	06	06	03	15
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração:	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor máximo previsto no plano de remuneração:	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas:	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor efetivamente reconhecido:	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração:	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor máximo previsto no plano de remuneração:	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas:	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor efetivamente reconhecido no resultado:	Não há	Não há	Não há	Não há

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro 2011 – Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	06	06	Não há	12
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração:	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor máximo previsto no plano de remuneração:	Não há	Não há	Não há	Não há



magazineluiza
vem ser feliz



Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas:	Não há	4.430.000	Não há	4.430.000
--	--------	-----------	--------	-----------

Valor efetivamente reconhecido:	Não há	Não há	Não há	Não há
---------------------------------	--------	--------	--------	--------

Participação no resultado

Valor mínimo previsto no plano de remuneração:	Não há	Não há	Não há	Não há
--	--------	--------	--------	--------

Valor máximo previsto no plano de remuneração:	Não há	Não há	Não há	Não há
--	--------	--------	--------	--------

Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas:	Não há	Não há	Não há	Não há
--	--------	--------	--------	--------

Valor efetivamente reconhecido no resultado	Não há	Não há	Não há	Não há
---	--------	--------	--------	--------

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2010 – Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº. de membros	07	07	Não há	14
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração:	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor máximo previsto no plano de remuneração:	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas:	Não há	5.070.000	Não há	5.070.000
Valor efetivamente reconhecido:	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração:	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor máximo previsto no plano de remuneração:	Não há	Não há	Não há	Não há



magazineluiza
vem ser feliz



Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas:	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor efetivamente reconhecido no Resultado:	Não há	Não há	Não há	Não há

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

No último exercício social foram outorgadas opções de compra de ações para 02 (dois) conselheiros, 05 (cinco) diretores estatutários, 10 (dez) diretores não-estatutários e um diretor de sociedade controlada. Não há previsão de outorga de opções de compra de ações para o exercício social corrente.

(a) Termos e condições gerais:

O nosso plano de opção de ações ordinárias de nossa emissão ("**Plano**") foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 01 de abril de 2011. De acordo com suas disposições, são elegíveis a receber opções de compra de ações de nossa emissão ("**Opções**") nos termos do Plano, os administradores ou empregados que ocupem os níveis de Diretor Presidente, Diretor Superintendente, Diretores Executivos e Diretores de Departamento da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle ("**Beneficiários**").

O Plano será administrado pelo nosso Conselho de Administração, o qual poderá, observadas as disposições legais pertinentes, constituir um Comitê ("**Comitê**") especialmente criado para assessorá-lo na administração do Plano. Tal órgão é competente para (a) a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de Opções, nos termos do Plano, e a solução de dúvidas de interpretação do Plano; (b) o estabelecimento de metas relacionadas ao desempenho das Pessoas Elegíveis, de forma a estabelecer critérios objetivos para a eleição dos Beneficiários; (c) a eleição dos Beneficiários e a autorização para outorgar Opções em seu favor, estabelecendo todas as condições das Opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente; e (d) emissão de novas ações de emissão da Companhia dentro do limite do capital autorizado ou a autorização para alienação de ações de nossa emissão que estejam em tesouraria, para satisfazer o exercício de Opções outorgadas nos termos do Plano.



magazineluiza
vem ser feliz



Anualmente, ou quando julgar conveniente, o Conselho de Administração da Companhia aprovará a outorga de Opções, elegendo os Beneficiários em favor dos quais serão outorgadas Opções nos termos do Plano, fixando o preço de exercício das Opções e as condições de seu pagamento, estabelecendo os prazos e condições de exercício das Opções e impondo quaisquer outras condições relativas a tais Opções.

A outorga de Opções, nos termos do Plano, é realizada mediante a celebração de Contratos de Opção entre a Companhia e os Beneficiários ("**Contrato de Opção**"), os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso: (a) a quantidade de Opções objeto da outorga; (b) os termos e condições para aquisição do direito ao exercício das Opções; (c) o prazo final para exercício das Opções; e (d) o Preço de Exercício e condições de pagamento. Cada Opção dará direito ao Beneficiário de adquirir 1 (uma) ação, sujeito aos termos e condições estabelecidos no respectivo Contrato de Opção.

Os Contratos de Opção serão individualmente elaborados para cada Beneficiário, podendo o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, estabelecer termos e condições diferenciados para cada Contrato de Opção. As Opções outorgadas, nos termos do Plano, bem como o seu exercício pelos Beneficiários, não têm qualquer relação nem estão vinculados à sua remuneração, fixa ou variável, ou eventual participação nos lucros.

(b) Principais objetivos do plano

Os objetivos principais do nosso Plano são os seguintes: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos nossos objetivos sociais; (b) alinhar os interesses dos Acionistas aos das pessoas elegíveis, nos termos do Plano; e (c) possibilita-nos e a outras sociedades sob o nosso controle atrair e manter vinculados aos Beneficiários.

(c) Forma como o plano contribui para esses objetivos

Ao possibilitar que os Beneficiários se tornem Acionistas da Companhia em condições diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para se comprometer efetivamente com a criação de valor, bem como para exercerem suas funções de maneira a integrar-se aos interesses dos Acionistas, aos objetivos sociais e aos nossos planos de crescimento, assim maximizando nossos lucros, bem como gerando uma relação de longo prazo destes profissionais com a Companhia. O oferecimento das Opções ainda estimula os Beneficiários, por meio do comprometimento de seus recursos próprios, a buscar a valorização imediata das ações, sem, contudo, comprometer o crescimento e a valorização futura das ações. Atinge-se, ainda, por meio deste modelo, o compartilhamento dos riscos e dos nossos ganhos, por meio da valorização das ações adquiridas no âmbito do Plano.



magazineluiza
vem ser feliz



Adicionalmente, o modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores e empregados, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das nossas ações.

(d) Como o plano se insere na nossa política de remuneração do emissor

O Plano insere-se em nossa política de remuneração, na medida em que tal política busca, além da retribuição justa e reflexa do desempenho, a alavancagem de resultados para a Companhia e a recompensa para os nossos executivos. Porém, as opções outorgadas nos termos do Plano, bem como o seu exercício pelos Beneficiários, não têm qualquer relação nem estão vinculados à sua remuneração, fixa ou variável, ou eventual participação nos lucros.

(e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo:

As outorgas realizadas com base no Plano trazem diferentes mecanismos que permitem o alinhamento de interesses dos administradores em diferentes horizontes de tempo. A divisão em lotes anuais e a existência de períodos de carência diferenciados fazem com que os Beneficiários se comprometam com a constante valorização das ações da Companhia no curto, médio e longo prazo.

(f) Número máximo de ações abrangidas:

As ações obtidas mediante o exercício das Opções outorgadas no âmbito do Plano não poderão ultrapassar, durante todo o prazo de vigência do Plano, o limite máximo acumulado de 3,5% (três vírgula cinco por cento) do total de ações do capital social subscrito e integralizado da Companhia.

(g) Número máximo de opções a serem outorgadas:

Conforme item (f) acima, o total de Opções outorgadas no âmbito do Plano não podem ultrapassar, durante o prazo de vigência do Plano, o limite máximo acumulado de 3,5% (três vírgula cinco por cento) do total de ações do nosso capital social subscrito e integralizado.

(h) Condições de aquisição de ações:

O Conselho de Administração tem competência para outorgar Opções em seu favor, estabelecendo todas as condições das Opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente. Anualmente, ou quando julgar conveniente, o Conselho



magazineluiza
vem ser feliz



de Administração da Companhia aprovará a outorga de Opções, elegendo os Beneficiários em favor dos quais serão outorgadas Opções nos termos do Plano, fixando o Preço de Exercício das Opções e as condições de seu pagamento, estabelecendo os prazos e condições de exercício das Opções e impondo quaisquer outras condições relativas a tais Opções.

(i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício:

Conforme o Plano, o preço de aquisição e o exercício das opções outorgadas serão fixados pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, quando da outorga das Opções, e será pago pelos Beneficiários nas formas e prazos determinados.

Para o exercício de 2012, o valor justo de cada Opção concedida foi estimado na data de concessão, aplicando-se o modelo de precificação de opções Black & Scholes, sendo consideradas as seguintes premissas: **(a)** expectativa de vida média das opções de 5 (cinco) anos e meio, que representa o período em que se acredita que as Opções sejam exercidas, levando em consideração o *turn over* médio dos Beneficiários do Plano; **(b)** volatilidade média anualizada considerada para empresas do mesmo setor, de 43,5% (quarenta e três e meio por cento); e **(c)** taxa de juros livre de risco de 10% (dez por cento).

Assim, o valor médio ponderado das Opções concedidas no exercício de 2012 foi de R\$ 6,49 (seis reais e quarenta e nove centavos), sendo outorgado o total de 2.250.000 (dois milhões e duzentas e cinquenta mil) Opções pelo preço de R\$ 10,32 (dez reais e trinta e dois centavos) por ação ("**Plano 1**"), e o total de 1.274.732 (um milhão duzentos e setenta e quatro mil e setecentos e trinta e duas) Opções pelo preço de R\$ 13,60 (treze reais e sessenta centavos) por ação ("**Plano 2**"), conforme reunião do Conselho de Administração realizada em 04/01/2012.

Quanto ao exercício da Opção, esta pode se dar total ou parcialmente. O Beneficiário que desejar exercer a sua Opção deverá comunicar a Companhia, por escrito, de sua intenção, indicando a quantidade de Opções que deseja exercer.

Até 31 de dezembro de 2012, nenhuma Opção foi exercida, mantendo o saldo de ações com Opção em vigor em 3.524.732 (três milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, setecentos e trinta e duas), com preços equivalentes ao Plano 1 e Plano 2, conforme acima exposto.

(j) Critérios para fixação de prazo de exercício:

Conforme o Plano, a obtenção do direito ao exercício da Opção dar-se-á nos períodos, percentuais e condições definidos anualmente pelo Conselho de Administração.



magazineluiza
vem ser feliz



Dessa forma, foi definido que as Opções poderão ser exercidas, total ou parcialmente, desde que o Beneficiário permaneça ininterruptamente vinculado, como administrador ou colaborador da Companhia entre a data da outorga e as datas especificadas a seguir: **(a)** no caso de exercício do Plano 1, 20% (vinte por cento) das Opções podem ser exercidas no ato da outorga e, a partir desta data, adicionais 20% (vinte por cento) das Opções poderão ser exercidas a cada ano de vinculação do Beneficiário à Companhia; e **(b)** para o Plano 2, 20% (vinte por cento) das Opções podem ser exercidas a partir de 1º de março de 2012 e, a partir desta data, adicionais 20% (vinte por cento) poderão ser exercidas a cada ano de vinculação do Beneficiário à Companhia. Tais Opções, quando exercidas, serão liquidadas pela entrega de instrumentos patrimoniais da Companhia.

(k) Forma de liquidação:

Nos termos da cláusula 6.2 do Plano, poderemos, a critério do nosso Conselho de Administração, emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado ou vender ações mantidas em tesouraria.

(l) Restrições à transferência das ações:

Nos termos do nosso Plano, caberá ao nosso Conselho de Administração ou Comitê impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das Opções, podendo também reservar à Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas ações.

(m) Crítérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano:

O Plano entrou em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral, podendo ser extinto, a qualquer tempo, por decisão dos Acionistas em nova Assembleia Geral convocada para tal fim. O término de vigência do Plano não afetará a eficácia das Opções ainda em vigor outorgadas anteriormente com base no referido Plano.

Contudo, deve-se ressaltar que o Plano extinguir-se-á automaticamente, sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no Plano ou em Contrato de Opção, cessando-se todos os seus direitos e efeitos, nos seguintes casos: a) mediante o seu exercício integral; b) após o decurso do prazo de vigência da Opção; c) mediante o distrato do Contrato de Opção; d) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada; ou e) nas hipóteses previstas no item n), abaixo.



magazineluiza
vem ser feliz



Se qualquer Opção for extinta ou cancelada sem ter sido integralmente exercida, as Ações vinculadas a tais Opções tornar-se-ão novamente disponíveis para futuras negociações. Porém, caso necessário, para dar fiel execução à eventual Opção firmada, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração, emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado no Estatuto Social, ou alienar ações mantidas em tesouraria.

Ainda, o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, poderá determinar a suspensão do direito ao exercício da Opções, sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos Beneficiários.

(n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações:

Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto abaixo, se o beneficiário (a) desligar-se de nossos quadros por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego, ou renunciando ao seu cargo de administrador: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (b) for desligado de nossos quadros por vontade da Companhia, mediante demissão por justa causa, ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, todos os direitos já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (c) for desligado de nossos quadros por vontade da Companhia, mediante demissão sem justa causa, ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização, sendo que, se o desligamento ocorrer dentro do prazo de 12 (doze) meses após uma mudança no nosso controle acionário, tais direitos tornar-se-ão automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência, e poderão ser exercidas no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do desligamento, após o que tais



magazineluiza
vem ser feliz



direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (d) desligar-se de nossos quadros por aposentadoria normal ou invalidez permanente: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, tornar-se-ão automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência, e poderão ser exercidos no prazo de 12 (doze) meses contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos no prazo de 12 (doze) meses contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (e) desligar-se de nossos quadros por falecimento: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, tornar-se-ão automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência, e poderão ser exercidos pelos herdeiros e sucessores legais do Beneficiário no prazo de 12 (doze) meses contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos pelos herdeiros e sucessores legais do Beneficiário no prazo de 12 (doze) meses contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Não obstante o disposto acima, o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, poderá, a seu exclusivo critério, sempre que julgar conveniente ao interesse social, deixar de observar as regras estipuladas acima, conferindo tratamento diferenciado a determinado Beneficiário.

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

Magazine Luiza S.A. (Emissor)				
Grupo e Pessoas Ligadas	Características dos Títulos	Quantidade	% de participação	
			Mesma Espécie/ Classe	Total
Conselho de Administração	Ações Ordinárias	6.840	0%	0%
Diretoria	Ações Ordinárias	26.562	0,01%	0,01%
Acionistas Controladores	Ações Ordinárias	126.688.581	67,93%	67,93%
Conselho Fiscal	Ações Ordinárias	500	0%	0%



magazineluiza
vem ser feliz



13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultados dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária:

Em 04 de janeiro de 2012, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a outorga de 3.524.732 (três milhões quinhentos e vinte e quatro mil setecentos e trinta e duas) Opções para seus Administradores, sendo 02 (dois) membros do Conselho de Administração, 05 (cinco) Diretores Estatutários, 10 (dez) diretores não estatutários e um diretor de sociedade controlada.

Foram firmados dois tipos de Contrato de Opção com os Administradores. Para um dos Administradores foi aprovada a outorga de 2.250.000 (dos milhões duzentas e cinquenta mil) Opções. O Contrato de Opção com ele firmado estabelece o exercício das Opções da seguinte forma:

- 20% (vinte por cento) das Opções poderão ser exercidas no ato da outorga;
- 20% (vinte por cento) das Opções poderão ser exercidas a partir do dia 1º de março de 2.012;
- 20% (vinte por cento) das Opções poderão ser exercidas a partir do dia 1º de março de 2.013;
- 20% (vinte por cento) das Opções poderão ser exercidas a partir do dia 1º de março de 2.014; e
- 20% (vinte por cento) das Opções poderão ser exercidas a partir do dia 1º de março de 2.015.

Com os demais Administradores, os Contratos de Opção estabelecem o exercício das Opções da seguinte forma:

- 20% (vinte por cento) das Opções poderão ser exercidas a partir do dia 1º de março de 2.012;
- 20% (vinte por cento) as Opções poderão ser exercidas a partir do dia 1º de março de 2.013;
- 20% (vinte por cento) as Opções poderão ser exercidas a partir do dia 1º de março de 2.014;
- 20% (vinte por cento) as Opções poderão ser exercidas a partir do dia 1º de março de 2.015; e



magazineluiza
vem ser feliz



- 20% (vinte por cento) as Opções poderão ser exercidas a partir do dia 1º de março de 2.016.

Abaixo apresentamos a remuneração dos Administradores baseada em ações prevista para o exercício social findo em 31/12/2012:

Conselho de Administração	
Número de membros beneficiários do Plano: 02	
Em relação a cada outorga de opções:	
Data da Outorga-----	04/01/2012
Quantidade de opções outorgadas -----	233.126
	01/03/2012
	01/03/2013
Prazo para que as opções se tornem exercíveis ----	01/03/2014
	01/03/2015
	01/03/2016
Prazo máximo para exercícios das opções-----	04/01/2020
Prazo de restrição à transferência das ações -----	N/A
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:	
Em aberto no início do exercício social---	R\$ 13,60*
Perdidas durante o exercício social -----	N/A
Exercidas durante o exercício social -----	N/A
Expiradas durante o exercício social -----	N/A
Valor justo das opções na data da outorga -----	R\$ 13,60
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas -----	0,125%

* O valor será corrigido pelo IPCA a partir de 02 de maio de 2011.

Diretoria Estatutária		
Número de membros beneficiários do Plano: 05		
Em relação a cada outorga de opções:	Contrato 1	Contrato 2
Número de Membros por Contrato:	01	04
Data da Outorga-----	04/01/2012	04/01/2012
Quantidade de opções outorgadas -----	2.250.000	484.902
	04/01/2012	01/03/2012
	01/03/2012	01/03/2013
Prazo para que as opções se tornem exercíveis ----	01/03/2013	01/03/2014
	01/03/2014	01/03/2015
	01/03/2015	01/03/2016



magazineluiza
vem ser feliz



Prazo máximo para exercícios das opções-----	04/01/2020	04/01/2020
Prazo de restrição à transferência das ações -----	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:		
Em aberto no início do exercício social ---	R\$ 10,32*	R\$ 13,60**
Perdidas durante o exercício social-----	N/A	N/A
Exercidas durante o exercício social -----	N/A	N/A
Expiradas durante o exercício social-----	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga-----	R\$ 10,32	R\$ 13,60
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas -----	1,206%	0,26%

* O valor será corrigido pelo IPCA a partir de 31 de agosto de 2011.

** O valor será corrigido pelo IPCA a partir de 02 de maio de 2011.

Diretoria Não Estatutária

Número de membros beneficiários do Plano: 10

Em relação a cada outorga de opções:

Data da Outorga-----	04/01/2012
Quantidade de opções outorgadas-----	507.748
	01/03/2012
	01/03/2013
Prazo para que as opções se tornem exercíveis----	01/03/2014
	01/03/2015
	01/03/2016
Prazo máximo para exercícios das opções -----	04/01/2020
Prazo de restrição à transferência das ações-----	N/A
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:	
Em aberto no início do exercício social----	R\$ 13,60*
Perdidas durante o exercício social-----	N/A
Exercidas durante o exercício social-----	N/A
Expiradas durante o exercício social-----	N/A
Valor justo das opções na data da outorga-----	R\$ 13,60
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas -----	0,272%

* O valor será corrigido pelo IPCA a partir de 02 de maio de 2011.



magazineluiza
vem ser feliz



Diretoria de Empresa Controlada

Número de membros beneficiários do Plano: 01

Em relação a cada outorga de opções:

Data da Outorga----- 04/01/2012

Quantidade de opções outorgadas----- 48.956

01/03/2012

01/03/2013

Prazo para que as opções se tornem exercíveis----- 01/03/2014

01/03/2015

01/03/2016

Prazo máximo para exercícios das opções----- 04/01/2020

Prazo de restrição à transferência das ações ----- N/A

Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:

Em aberto no início do exercício social---- R\$ 13,60*

Perdidas durante o exercício social----- N/A

Exercidas durante o exercício social ----- N/A

Expiradas durante o exercício social----- N/A

Valor justo das opções na data da outorga----- R\$ 13,60

Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas ----- 0,026%

* O valor será corrigido pelo IPCA a partir de 02 de maio de 2011.



magazineluiza
vem ser feliz



13.7. Em relação às opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social:

Opções em aberto ao final do Exercício encerrado em 31/12/2012

Membros do Conselho de Administração		Diretoria Estatutária	
		Contrato 1	Contrato 2
Nº de membros	02	01	15
Data de outorga	04/01/2012	04/01/2012	04/01/2012
Opções ainda não exercíveis			
Quantidade	186.500	1.350.000	833.283
Data inicial em que se tornarão exercíveis	01/03/2013	01/03/2013	01/03/2013
	01/03/2014	01/03/2014	01/03/2014
	01/03/2015	01/03/2015	01/03/2015
	01/03/2016		01/03/2016
Prazo máximo para exercício	04/01/2020	04/01/2020	04/01/2020
Plano aderido (1 ou 2)	2	1	2
Opções exercíveis			
Quantidade	46.625	900.000	208.320
Data em que se tornaram exercíveis	01/03/2012	04/01/2012 01/03/2012	01/03/2012
Prazo máximo para exercício	04/01/2020	04/01/2020	04/01/2020
Plano aderido (1 ou 2)	2	1	2

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Não houve exercício de opção de compra de ações e não foram entregues ações relativas à remuneração baseada em ações.



magazineluiza
vem ser feliz



13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções.

Para o exercício de 2012, o valor justo de cada Opção concedida foi estimado na data de concessão, aplicando-se o modelo de precificação de opções Black & Scholes, sendo consideradas as seguintes premissas: **(a)** expectativa de vida média das opções de 5 (cinco) anos e meio, que representa o período em que se acredita que as Opções sejam exercidas, levando em consideração o *turn over* médio dos Beneficiários do Plano; **(b)** volatilidade média anualizada considerada para empresas do mesmo setor, de 43,5% (quarenta e três e meio por cento); e **(c)** taxa de juros livre de risco de 10% (dez por cento).

Assim, o valor médio ponderado das Opções concedidas no exercício de 2012 foi de R\$ 6,49 (seis reais e quarenta e nove centavos), sendo outorgado o total de 2.250.000 (dois milhões e duzentas e cinquenta mil) Opções pelo preço de R\$ 10,32 (dez reais e trinta e dois centavos) por ação ("**Plano 1**"), e o total de 1.274.732 (um milhão duzentos e setenta e quatro mil e setecentos e trinta e duas) Opções pelo preço de R\$ 13,60 (treze reais e sessenta centavos) por ação ("**Plano 2**"), conforme reunião do Conselho de Administração realizada em 04/01/2012.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários:

Não aplicável, visto que não há plano de previdência em vigor conferido aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários até esta data.



magazineluiza
vem ser feliz



13.11. Indicar para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao Conselho de Administração, à Diretoria Estatutária e ao Conselho Fiscal:

Exercício Social de 2012 – Valores Anuais

(Em reais)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	06	06	03
Valor da maior remuneração individual	120.000	729.270	52.500
Valor da menor remuneração individual	70.000	707.429	52.500
Valor médio da remuneração individual	95.000	1.025.792	52.500
Observação: -			

Exercício Social de 2011 – Valores Anuais

(Em reais)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	06	06	Não há
Valor da maior remuneração individual	120.000	1.483.900	Não há
Valor da menor remuneração individual	30.000	626.494	Não há
Valor médio da remuneração individual	25.000	924.522	Não há

Exercício Social de 2010 – Valores Anuais

(Em reais)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	07	07	Não há
Valor da maior remuneração individual	10.000	1.430.000	Não há
Valor da menor remuneração individual	10.000	401.000	Não há
Valor médio da remuneração individual	10.000	654.000	Não há
Observação: -			

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.



magazineluiza
vem ser feliz



13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Órgão	2012	2011	2010
Conselho de Administração	5,27%	1,44%	1,94%
Diretoria Estatutária	93,10%	98,56%	98,06%
Conselho Fiscal	1,64%	NA%	NA%

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam.

Não aplicável.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado dos controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não aplicável.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Não há outras informações consideradas relevantes, até a presente data, que seja de nosso conhecimento, para esta Seção 13 do Formulário de Referência.